

ANO 8 - NÚMERO 101 - MAR 2023

apuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 30

Arte: @CrisVector

MULHERES

MOVEM O MUNDO

p. 08

ECOLOGIA
Nas águas da
Esperança
p. 21

CONSCIÊNCIA NEGRA
Os cocos que Nice quebra
p. 23

HISTÓRIA SOCIAL
Dirce Machado:
A Guerrilheira de Trombas
p. 38



JUNTOS A GENTE FAZ O FUTURO BRILHAR

EXERCITE SUA SOLIDARIEDADE!

Sua contribuição vai ajudar famílias e crianças em situação de vulnerabilidade por meio de 25 projetos nas áreas de cultura, esporte, educação e segurança alimentar.

CONHEÇA A CAMPANHA E FAÇA SUA DOAÇÃO!



Aponte a sua câmera para o QR Code e doe via PIX:
CNPJ 34.267.237/0001-55
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF

Ou doe via transferência bancária: Agência: 1041,
Op.: 003, CC: 50174-4
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF



Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação. Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário.

Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também. Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, ele escolheu (eu queria verde-floresta). Fizemos a primeira edição da Xapuri lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Já voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir.

Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, "de grátis". A próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial. Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar cada conselheiro/a pessoalmente (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. "O mais sabido de nós," segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a Xapuri 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agonizado com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Outras 20 edições e cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da Xapuri, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você queria, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 101. Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitinho.



Igor Strochit
Diagramador



Maria Letícia Marques
Redatora



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Pâmella Breus
Assistente Administrativa



Lúcia Resende
Revisora



Zezé Weiss
Editora

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 - Setor Village - Caixa Postal 59 - CEP: 73.814.-500 - Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



MULHERES MOVEM O MUNDO

Na luta por um mundo melhor desde os anos 1960, a grande militante dos direitos humanos, Angela Davis, costuma dizer que, “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

Vivesse Angela Davis no Brasil, com certeza ela diria que, quando uma mulher brasileira como Juliana Cardoso se movimenta, toda a sociedade brasileira precisa pisar miudinho para alcançar os passos dela.

É a partir da história de Juliana Cardoso, militante orgânica dos movimentos sociais, primeira mulher indígena eleita deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, que construímos a pauta da *Xapuri* 101, dedicada às mulheres que, das mais diferentes trincheiras, movem o mundo.

São perfis de grandes mulheres, muitas delas conselheiras da *Revista Xapuri*. São textos escritos por talentosas mulheres, todos eles generosamente doados por suas autoras para esta edição da Revista.

Também não podia faltar, neste mês das águas, o artigo primoroso do professor doutor Altair Sales Barbosa, nosso Conselheiro, sobre os rios do Cerrado; a matéria sobre as Amazonas do Acre de hoje, por nosso Conselheiro Marcos Jorge Dias; e, fechando a pauta da contribuições masculinas, publicamos outra matéria essencial do Conselheiro Gilney Viana sobre “Incluir os excluídos na Justiça de Transição”.

Por fim, um pedido: Em sendo possível, por favor considere fazer uma assinatura da *Revista Xapuri*. Sua contribuição é importante para que possamos levar os conteúdos da revista para mais gente, no Brasil inteiro.

Gratidão e Boa Leitura!



Zezé Weiss – Editora

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

COLABORADORES/AS - MARÇO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Andrea Matos** – Sindicalista. **Ana Paula Sabino** – Jornalista. **Bia de Lima** – Parlamentar. **Edel Moraes** – Ambientalista. **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Elis Regina Camelo Silva** – Sindicalista. **Emir Bocchino** – Designer. **Gilney Viana** – Escritor. **Iêda Leal** – Gestora Pública. **Igor Strochit** – Designer. **Jancaina Faustino** – Gestora Ambiental. **Kleyton Morais** – Sindicalista. **Laurenice Noletto Alves** – Jornalista. **Lélia Gonzalez** – Escritora (*in memoriam*). **Lúcia Resende** – Professora. **Marcos Jorge Dias** – Escritor. **Maria Félixn Fontele** – Jornalista. **Maria Letícia Marques** – Pesquisadora. **Pâmella Breus** – Assistente Administrativa. **Raial Orotu Puri** – Escritora. **Rosilene Corrêa** – Professora. **Zezé Weiss** – Jornalista.

“ **A Xapuri é a concretização comunicacional de que ‘a nossa vitória depende da nossa disciplina e da nossa organização’. Que as águas da xapuri nutram nossas mentes por outras centenas de edições.** ”

Andrea Matos

CONSELHO EDITORIAL

Ailton Krenak – Escritor. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Ana Paula Sabino – Jornalista. Andréa Luísa Teixeira – Professora. Andrea Matos – Sindicalista. Ângela Mendes – Ambientalista. Antenor Pinheiro – Jornalista. Binho Marques – Professor. Cleiton Silva – Sindicalista. Dulce Maria Pereira – Professora. Edel Moraes – Ambientalista. Eduardo Meirelles – Jornalista. Elson Martins – Jornalista. Emir Bocchino – Arte finalista e Diagramador. Emir Sader – Sociólogo. Fernando Neto – Empreendedor. Gomercindo Rodrigues – Advogado. Graça Fleury – Socióloga. Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra) – Poeta. Iêda Leal – Educadora. Iêda Vilas-Bôas – Escritora (in memoriam). Iolanda Rocha – Professora. Jacy Afonso – Sindicalista. Jair Pedro Ferreira – Sindicalista. José Ribamar Bessa Freire – Escritor. Júlia Feitoza Dias – Historiadora. Kleyton Moraes – Sindicalista. Kretã Kaingang – Líder Indígena. Laurenice Noleto Alves (Nonô) – Jornalista. Lucélia Santos – Atriz. Lúcia Resende – Revisora. Marcos Jorge Dias – Escritor. Maria Félix Fontele – Jornalista. Maria Maia – Cineasta. Rosilene Corrêa Lima – Jornalista. Samuel Pinheiro Guimarães Neto – Diplomata. Trajano Jardim – Jornalista. Zezé Weiss – Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk – Jornalista.
Iêda Vilas- Bôas – Escritora.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana – Sindicalista. Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Janaina Faustino – Gestora Ambiental. Joseph Weiss – Eng. Agro. PhD.





Xapuri 101

SOCIOAMBIENTAL

MAR 23

08 **CAPA**
Mulheres movem o Mundo

22 **MULHERES**
Betânia e Daniela

18 **ECOLOGIA**
Morrem, silenciosos,
os rios do Cerrado

23 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Os cocos que Nice quebra

21 **ECOLOGIA**
Nas águas da esperança

24 **FEMINISMO**
O ecofeminismo no Brasil

Xapuri - Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

25 **HOMENAGEM**
14 de Março: Dia Nacional da
Marielle Franco

26 **SAGRADO INDÍGENA**
A enchente das goiabas

27 **MEMÓRIA**
Cumé que a gente fica?

28 **MULHERES**
Rosilene Corrêa:
Mestra do Esperançar

30 **LITERATURA**
A flor, esta!

31 **AMAZÔNIA**
As amazonas:
Mulheres guerreiras da floresta

35 **MULHERES**
Júlia Feitoza, Júlia do Acre

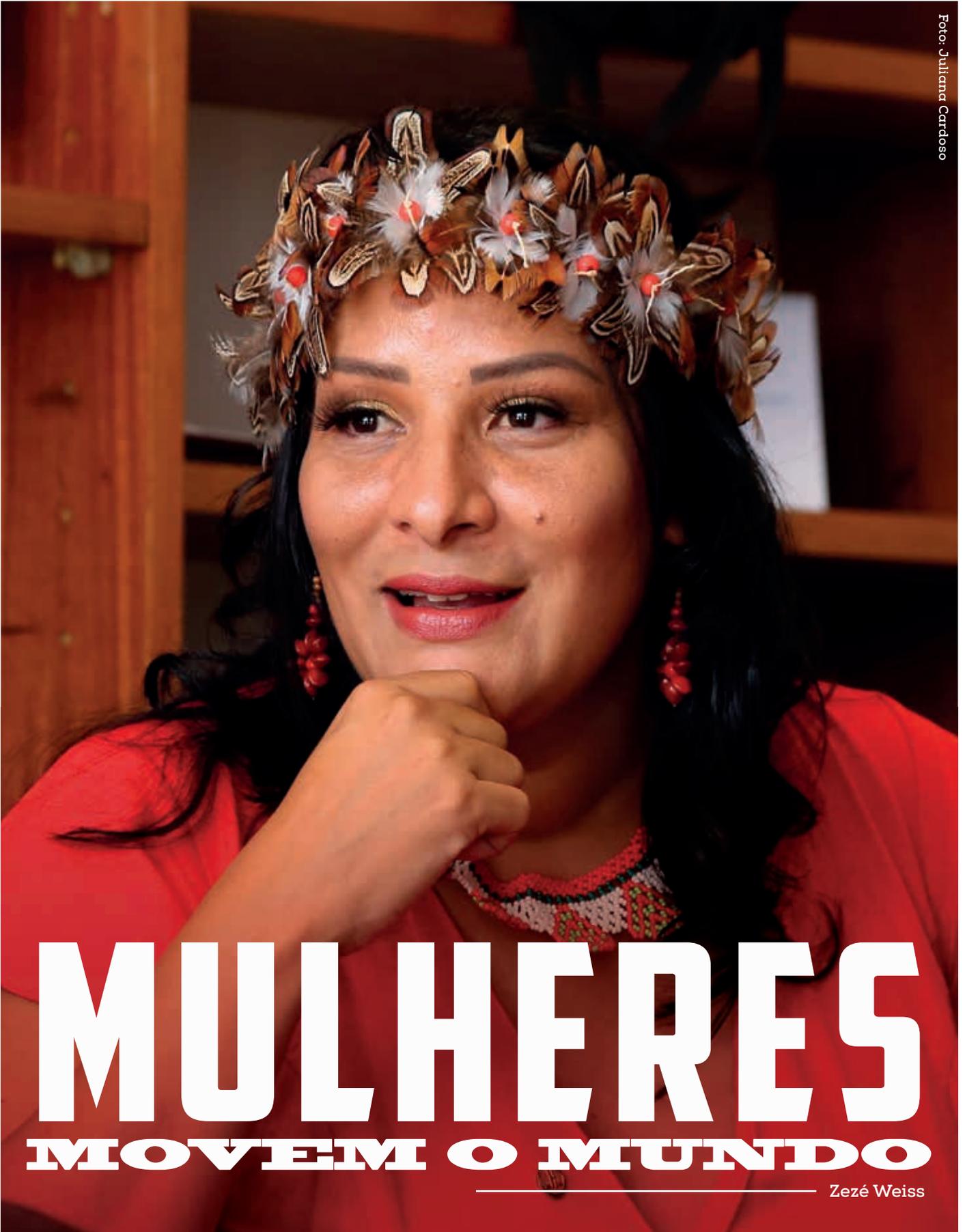
38 **HISTÓRIA SOCIAL**
Dirce Machado:
A Guerrilheira de Trombas

41 **MULHERES**
Nonô Noletto

42 **DIREITOS HUMANOS**
Incluir os excluídos na justiça
de transição

45 **MULHERES**
Dulce e Lucélia

46 **MULHERES**
Mulheres Marajoara



MULHERES MOVEM O MUNDO

Zezé Weiss



Foto: Juliana Cardoso

Os 125.517 votos que concederam a Juliana Cardoso, mulher afro-indígena, educadora, gestora pública, periférica e de lutas, o mandato de deputada federal nas eleições de 2022 (para o período 2023-2026) carregam em seu bojo um mundo de esperanças e significados.

Primeira mulher de ancestralidade indígena a ocupar uma vaga na bancada do PT na Câmara Federal e primeira mulher indígena eleita pelo Partido em toda a sua existência, Juliana Cardoso traz para a Parlamento brasileiro a larga experiência de uma dirigente que se tornou referência na luta forjada pelos movimentos comunitários na defesa dos Direitos Humanos, do SUS, da moradia digna, das mulheres, da cultura popular, da educação pública, da igualdade racial e dos povos indígenas.

Nascida em 22 de outubro de 1979, em Sapopemba, Zona Leste da capital paulista, a história de Juliana se confunde com a própria história do surgimento

do PT e de todos os movimentos de reconquista e reconstrução da democracia brasileira, depois dos anos de chumbo da ditadura militar (1964-1985).

Militante vinda das Comunidades Eclesiais de Base, importante movimento social da Igreja Católica, Juliana foi, por quatro vezes - 2008, 2012, 2016 (a única mulher eleita pelo PT) e 2020 - eleita vereadora por São Paulo. São histórias como a de Juliana, assim como as das outras mulheres retratadas nesta matéria, que dão alento ao nosso esperar e nos fazem crer que, de fato, somos nós, as mulheres, que movemos o mundo.

LUTA E RESISTÊNCIA

Juliana Cardoso tem a mesma idade do Partido dos Trabalhadores. "Eu costumo dizer que sou petista desde a barriga da minha mãe. Mulher negra, forte e de luta, minha mãe ajudou a construir o PT".

Com a mãe, Ana Fonseca, Juliana aprendeu que "independente da relação partidária, da atuação privada ou pública, quando nós, mulheres, queremos revolucionar os espaços que impactam nossas vidas, nós carregamos conosco as nossas crias".

Essa é a razão pela qual, explica Juliana, "minha vida de criança foi, desde muito pequena, marcada por caminhadas nos movimentos sociais e reuniões nos núcleos do PT. Então, o que me trouxe até aqui é essa minha trajetória, é a pauta social que trabalhei nos meus 14 anos como vereadora da cidade de São Paulo, e é a crença inabalável do povo que me elegeu na construção de uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais sustentável".

Juliana já estava em seus dez anos quando, no Acre, uma tragédia anunciada marcou o destino de outra filha da luta: Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado com um tiro de escopeta no quintal



de sua casa em Xapuri. Angela Mendes, a filha mais velha de Chico, à época uma jovem de 18 anos, fez da dor da perda do pai compromisso com a resistência.

“Quando meu pai morreu foi horrível, foi como se o chão tivesse fugido debaixo dos meus pés. Entrei em um buraco de desespero por não compreender como uma pessoa tão querida como o meu pai podia ser morta daquela forma tão covarde”, diz Angela.

A filha de Chico conta que até hoje sente muita falta das brincadeiras, do carinho que os dois tinham um pelo outro, e fala da última vez em que se encontraram: “Nossa despedida foi de muito carinho, de muita compreensão, a gente ficou de se ver dias depois e, de repente, pronto: eu descubro que não vou vê-lo nunca mais”.

Este ano completam-se 35 anos do assassinato de Chico

Mendes. Angela toca no assunto: “Três décadas e meia depois, aqui estou eu, uma mulher da floresta, trabalhando no Comitê Chico Mendes, no Acre, e correndo mundo, como um dia fez meu pai, em defesa dos povos da Amazônia. É essa a maneira que encontro para honrar a memória, defender o legado e manter viva a luta de Chico Mendes”.

ANCESTRALIDADE

“O que me sustenta é minha ancestralidade. Sou filha de pai indígena, do povo Terena de Mato Grosso do Sul. Meu pai foi assassinado quando eu tinha apenas cinco anos de idade. O trauma da morte dele, o fato de eu estar junto com ele no momento em que o mataram, me tirou o direito à vivência da aldeia, à convivência com as mulheres Te-

rena, mulheres de minha família que vieram antes de mim.

De criança, eu não tinha tanta clareza dessa minha ancestralidade indígena, porque isso foi roubado de mim. Quando o meu pai saiu lá de Mato Grosso do Sul para estudar em São Paulo, onde se tornou enfermeiro, na luta pela sobrevivência ele e outros tios meus se viram distanciados do seu mundo indígena, e o que ficou foram poucas memórias do que meu pai me contou sobre o povo dele, que é o meu povo indígena.

Depois da morte dele, junto com a minha mãe, eu fui sobrevivendo e, desde pequena, fui me voltando para os movimentos sociais, começando com a luta pela moradia, que lá onde eu morava, na Sapopemba, Zona Leste de São Paulo, era uma luta muito antiga, de moradia popular. A gente passava por aquele

período de uma economia que deixava o povo de joelhos, uma situação muito parecida com o que acontece hoje, e que o governo Lula entrou em campo para resolver.

Foi no decorrer dos meus mandatos de vereadora que eu fui me aproximando dos povos indígenas, em especial do povo Guarani, em São Paulo, mas também de outras etnias, muitas delas desaldeadas que, como eu, precisam lutar sempre para afirmar que tem sangue indígena, que é indígena e que respeita e honra a sua ancestralidade indígena”.

PAUTA INDÍGENA

Para Juliana, o ponto central do movimento indígena é a luta pela demarcação das terras indígenas. “Cada terra demarcada significa uma retomada, uma abertura para a demarcação de outras terras, que resistem, mesmo com a espingarda apontada para a nossa testa”.

Junto, afirma a deputada, “deve vir o resgate da cultura, o investimento na educação, na tecnologia, na garantia de trabalho, para que cada jovem indígena possa seguir seu sonho sem precisar sair da aldeia ou,

saindo, possa voltar com condições de fortalecer a identidade, a cultura, o modo de vida comunitário e o bem-viver indígena”.

Há esperanças, nesse momento, surge muita esperança, diz Juliana: “Nossos povos têm morrido, têm sido assassinados, as mulheres indígenas têm sido cada vez mais violentadas, as crianças indígenas estão cada vez mais perdendo suas culturas, estão deixando de falar suas línguas. Com a chegada de Lula ao Palácio do Planalto, os sinais são bons, há medidas concretas sendo tomadas para mudar a realidade”, afirma Juliana.



Foto: Juliana Cardoso

A criação do Ministério dos Povos Indígenas, com uma ministra indígena, a nomeação de uma mulher indígena para a presidência da Funai e de um líder indígena para a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), logo no começo do governo, “indicam que o Presidente Lula entendeu e concorda com as demandas justas dos povos originários. Mas há crises por todo lado, por mais terrível que seja, não há tragédia e morte só entre os Yanomami. Tem gente indígena sofrendo na Bahia, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Pará, em todo o país”.

Juliana explica que, embora ainda pequenos, há avanços também na Câmara Federal, onde uma bancada diminuta de duas mulheres indígenas – Célia Xakriabá (PSOL-MG) e Juliana Cardoso (PT-SP) consegue ampliar espaços para os povos indígenas. “Pela primeira vez na história da Câmara, teremos uma Comissão Indígena, que Célia e eu propusemos.

De mulheres indígenas, somos só nós duas, porque Sonia Guajajara, também eleita deputada federal, tornou-se Ministra, e a outra de nós, infelizmente, tem uma pauta muito definida em defesa do agronegócio e do capitalismo. Mas Célia, em especial, vale por muitas e está fazendo bonito na coordenação da Frente Parlamentar Indígena”.

Outra tarefa grande, segundo a deputada, é a mobilização da sociedade, não só para a defesa dos povos indígenas, mas também na luta contra o desmatamento, contra a mineração, contra as mudanças climáticas. “Estamos vivendo um período em que, depois de tanta destruição, a sociedade começa a entender que cuidar dos nossos povos é cuidar também das florestas, da relação do clima com o meio ambiente.

E completa: “Ainda falta muita coisa, enfrentar o capita-

lismo não é fácil. Mas o governo Lula tem sinalizado coisas boas. Não queremos mais árvores cortadas, nem rios poluídos, não queremos crime ambiental, nem ninguém na miséria, passando fome. A gente começa a entender, na prática, as mudanças climáticas, nada está mais como era antes, quando é pra tá frio, tá calor, quando é pra tá calor, tá frio. Nós vamos ter que trabalhar muito, mas estamos aqui pra isso”.

INDÍGENAS DESALDEADOS

Juliana pretende lutar também por políticas afirmativas para as populações indígenas desaldeadas. “As dificuldades para quem é indígena e vive fora da aldeia não vem de hoje, mas a situação se agravou muito nesses últimos anos”, diz Juliana, filha de um indígena Terena desaldeado, assassinado em São Paulo quando ela tinha cinco anos de idade.

Embora no papel todos os povos originários tenham seus direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, a verdade é que “ao virem para as cidades, com frequência os indígenas perdem o amparo do Estado. Aconteceu agora, recentemente, durante a pandemia da Covid-19. A gente não teve o direito de sermos vacinados na prioridade indígena como os aldeados tiveram”.

Mudanças vêm ocorrendo, mas elas são lentas, sobretudo nos órgãos da administração pública, afirma a deputada: “Na primeira das minhas quatro campanhas para vereadora, não existia a opção do registro como indígena. Em 2022, na campanha para deputada federal, eu pude me registrar como indígena, mas não como afro-indígena, que é o que eu sou”.

A deputada questiona: “Então como é que eu me coloco, se o meu sangue é indígena, por mais

que minha mãe seja negra, que meus avós por uma parte sejam negros, mas as minhas tataravós por parte do pai de minha mãe também são indígenas? Só porque não sou aldeada, só porque não tenho a vivência da aldeia, eu tenho que ficar afirmando que meu pai era Terena, que minha família é Terena e que, portanto, eu sou Terena?”

UNIVERSO FEMININO

Feminista, Juliana fez de seus quatro mandatos como vereadora, plataforma de defesa dos direitos das mulheres, das crianças, adolescentes e jovens. Deu centralidade à luta pela saúde, pelo aleitamento em creches, pela moradia e pela cultura popular.

Foi relatora da lei municipal Nº 15.945, que criou o Programa Centro de Parto Normal – Casa de Parto, e é a autora da lei Nº 15.248, que criou o Conselho Municipal dos Povos Indígenas. Deu vida ao Coletivo Sonho, Resistência e Luta. Criou o Prêmio Heleieth Saffioti, para reconhecer o trabalho de quem se destacou pelos direitos das mulheres em São Paulo. Juliana é, aos olhos da sociedade, uma mulher de muito sucesso na política.

Mesmo assim, para a deputada, as mulheres ainda enfrentam condições desiguais nos espaços de luta: “Nós, mulheres, vivemos em condição permanente de resistência, não só nos partidos, nos órgãos de poder, nas organizações da sociedade, mas na própria sociedade brasileira. É assim também no meu Partido, o PT. Minha mãe, que é militante antiga, já passou por muita coisa, eu passei por muita coisa.

No caso do PT, as mulheres conquistaram a paridade de gênero, mais mulheres foram eleitas em 2022, temos uma mulher na presidência do Partido e vivemos, a meu ver, um processo crescente de consciên-



cia política sobre os direitos das mulheres. Mas, mesmo no PT, as coisas evoluem melhor, porém nunca foram fáceis.

Quando eu vim ser vereadora, eu me elegi muito jovem, com 27 anos, e o Partido não enxergou o potencial de ter uma jovem da periferia da cidade de São Paulo, com histórico de mãe negra, pai indígena e militância comunitária. No Partido não se via isso, não se investia na eleição de mulheres com esse perfil.

Por um lado, foi bom, porque eu tive que andar pelos meus próprios caminhos e, com isso, me tornei a primeira vereadora jovem da Câmara, indígena, a primeira jovem vinda da peri-

feria. Numa conjuntura de 12 vereadores, eu acabei sendo a única mulher e, infelizmente, fui a única mulher vereadora nos meus quatro mandatos.

Hoje, felizmente, o PT tem um entendimento melhor dessa pauta, que é a mesma que a gente teve para garantir que as mulheres possam estar nos espaços de poder, que tem que garantir as cotas, que tem que dividir, na prática, a paridade com as mulheres, com o povo negro, com o povo indígena. E aqui estou eu, na Câmara Federal, com o governo Lula, com vontade, com pressa e com muita esperança de dias mulheres para nós, mulheres, e para todo o povo brasileiro".

MULHERES MOVEM O MUNDO

Cada vez mais, graças à luta mantida por mulheres como Juliana Cardoso, Angela Mendes, Txai Suruí, Anielle Franco, Maria Amália e tantas outras companheiras, muitas delas homenageadas nesta edição 101 da *Revista Xapuri*, as mulheres brasileiras vão forjando as resistências que movem o mundo.

Em novembro de 2021, em pleno governo do desapetrecho, Walelasoetxeige, a jovem indígena Txai Suruí, filha da ambientalista Neidinha Bandeira, de Rondônia, defensora histórica dos povos indígenas e



da proteção da Amazônia, foi a única brasileira a discursar na Conferência da Cúpula do Clima (COP26), na cidade de Glasgow, na Escócia. O discurso de Txai Suruí, focado no impacto das mudanças climáticas, inquietou mentes e moveu o mundo.

No início deste março de 2023, Anielle, ministra do Igualdade Racial do Brasil no governo Lula, foi eleita uma das 12 mulheres do ano pela revista Time. “A gente sabe do nosso trabalho árduo, feito com muito caráter, para manter viva a memória de minha irmã Mari e chegar onde estamos chegando hoje. Eu só espero que a gente não precise aguardar mais cinco anos para saber quem mandou matar Marielle Franco”, declarou Anielle à mídia nacional e internacional.

Neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, em sua edição 2023 do “16 Women Restoring the Earth”, “Global Landscape Forum”, a maior plataforma de uso integrado da Terra, reconhece, por seu trabalho, a ambientalista Maria Amália Souza, criadora do Fundo Casa Socioambiental, como uma das mulheres que movem o mundo. Única brasileira na lista de homenageadas, Amália se sente honrada por “representar o protagonismo da mulher brasileira na luta pela proteção global do meio ambiente”.

Na luta por um mundo melhor desde os anos 1960, a grande militante dos direitos humanos, Angela Davis, costuma dizer que, “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da

sociedade se movimenta com ela”. Vivesse Angela Davis no Brasil, certamente ela diria que, quando uma mulher brasileira como Juliana Cardoso se movimenta, toda a sociedade brasileira precisa pisar miudinho para alcançar os passos dela.



Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental. Matéria produzida com base em entrevista concedida pela deputada Juliana para a *Revista Xapuri* em 3 de março de 2023. As imagens usadas para a ilustração da matéria são do acervo pessoal e das redes sociais da deputada.

MARÇO

MÊS DA MULHER

NESTE MARÇO
MÊS DA MULHER
REAFIRMO
O MEU COMPROMISSO
COM A LUTA
PELOS DIREITOS DAS MULHERES
PARA QUE TODA MULHER POSSA
NO OITO DE MARÇO
E EM TODOS OS DIAS
RESISTIR
A CADA VIOLÊNCIA SOFRIDA
E SE EMPODERAR
PARA FAZER NESTA VIDA
TUDO O QUE ELA QUISER.

**BIA DE LIMA. BIA DE LUTA!
DEPUTADA ESTADUAL**

 **SINTEGO**
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

VIVA O 8 DE MARÇO! VIVA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER!



QUE AS MULHERES POSSAM, AGORA, SER FELIZES

Kleyton Morais

Em cerimônia festiva no Palácio do Planalto, o Presidente Lula assinou, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, cerca de 25 medidas – projetos de lei e decretos – para melhorar a qualidade de vida da mulher brasileira.

Dentre as medidas estão: envio ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei do Executivo para promover a igualdade de salários para mulheres e homens que exerçam a mesma função; lançamento do Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual, com distribuição gratuita de absorventes pelo Sistema Único de Saúde (SUS); criação do Dia Nacional Marielle Franco, no 14 de março, data do assassinato da vereadora, há cinco anos, no Rio de Janeiro.

Outras medidas anunciadas:

- ✓ **Ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, inclusive violência de gênero, que inclui a ampliação dos conceitos de assédio sexual e moral no trabalho.
- ✓ **Adesão à Coalizão Internacional de Igualdade Salarial**, que envolve entidades como a OIT, a ONU Mulheres e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- ✓ **Política de Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral** e discriminação na administração pública federal.

- ✓ **Programa de Equidade de Gênero e Raça** entre os servidores e servidoras do SUS.

- ✓ **Anúncio da retomada de 1.189 creches** que estavam com as obras paradas.

- ✓ **20 mil mulheres em situação de vulnerabilidade** com vagas asseguradas em cursos e programas de educação profissional e tecnológica nos próximos dois anos.

- ✓ **Licença-maternidade** para integrantes do Bolsa-Atleta.

- ✓ **Edital Ruth de Souza de Audiovisual**, com R\$ 10 milhões em investimentos, em apoio a projetos inéditos de cineastas brasileiras para a realização do primeiro longa-metragem.

- ✓ **Prêmio Carolina Maria de Jesus**, de incentivo à literatura, com R\$ 2 milhões em prêmios para livros inéditos escritos por mulheres.

- ✓ **Política Nacional de Inclusão, Permanência e Ascensão de Meninas e Mulheres na Ciência**, voltada para mulheres nas ciências exatas, engenharia e computação, com investimento de R\$ 100 milhões.

- ✓ **Edital de assistência técnica rural para mulheres do campo**, por meio do programa Organização Produtiva Econômica das Mulheres Rurais, com R\$ 50 milhões de investimento e perspectiva de atender até 20 mil mulheres.

- ✓ **Banco do Brasil** – Cinco carretas do Agro Mulher vão percorrer o país com oferta de crédito dife-

renciado para mulheres, serviços financeiros e capacitação para pessoas físicas e jurídicas.

- ✓ **CAIXA** – Promoção do Mulheres na Favela, qualificação de mulheres em três laboratórios de inovação social no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

- ✓ **BNDES** – Ênfase para o Projeto Garagem, com aceleração de startups lideradas por mulheres.

O Presidente Lula também anunciou a criação de vários grupos de trabalho com foco na garantia de direitos. Depois do apagão civilizatório enfrentado pelo povo brasileiro nos últimos quatro anos, as mulheres brasileiras têm, enfim, razões para esperar. Que as elas possam, agora, voltar a ser felizes!



Kleyton Morais - Presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal.





SINDICATO DOS BANCÁRIOS OFERECE CANAL PARA ATENDER E ACOLHER MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



O canal funciona via WhatsApp, 24h por dia, e oferece acolhimento, orientação e atendimento jurídico especializado.

Atende bancárias e não bancárias que estejam em situação de violência doméstica e familiar.



(61) 99292-5294



MORREM, SILENCIOSOS, OS RIOS DO CERRADO

Altair Sales Barbosa

*Não sei onde mora a aurora daqueles
que um dia despertaram para a esperança.
Só uma certeza eu tenho:
No silêncio acelerado do tempo,
nossos rios vão morrendo*



Foto: Rio Formoso / Divulgação

De maneira geral, ou bem específica, como é o caso dos cursos d'água do oeste da Bahia, sul do Piauí, noroeste do Tocantins, norte de Minas, e também do Maranhão, as águas do Cerrado padecem de um mal semelhante à diabetes que, quando se manifesta, dificilmente deixa a pessoa escapar com vida.

No caso da diabetes, a doença vai minando paulatinamente o organismo humano, terminando com a falência de alguns órgãos vitais. A amputação de membros é apenas uma de suas manifestações, mas a doença ataca os rins, o coração e o sistema nervoso. A diabetes pode ser considerada uma doença crônica, que tem como causa a falta de produção de insulina no organismo, que é um hormônio controlador da glicose nas corrente sanguínea.

Numa comparação rudimentar entre a diabetes e os rios do Cerrado, a insulina que mantém o equilíbrio dos rios tem origem nos lençóis subterrâneos, que são fontes de águas armazenadas nas rochas porosas sedimentares que, ao longo de milhões de anos, foram sendo depositadas na região, como é o caso dos depósitos no arenito Urucuia, em Minas, oeste da Bahia, noroeste do Tocantins; no arenito Poty, do sul do Piauí e Maranhão; no arenito Botucatu, da bacia do Paraná, e de tantas outras formações.

Quando a fonte de insulina é insuficiente, os cursos d'água superficiais entram em entropia, que se manifesta de diversas formas. Altera a dinâmica do rio, como se tivesse afetado o seu sistema nervoso, aumenta a turbidez da água, como se seus rins deixassem de funcionar. Além de que, o veneno utilizado pela agricultura intensiva fica no solo e, quando carregado para o leito do rio, afeta seu sistema vital, fazendo desaparecer grande parte da sua fauna.

A ausência de água nos lençóis subterrâneos provoca a amputação de vários membros integrantes da bacia. Essa ampu-

tação inicia-se com a migração das nascentes até o desaparecimento total de muitos cursos d'água. Este é o início do fim e se conclui com a morte do rio e de todo seu entorno, incluindo a desestruturação de comunidades humanas, através da desterritorialização.

Nunca compreendi a atitude de certos funcionários públicos, que, utilizando-se de imagens de satélite argumentam que 40% ou 50% de Cerrado ainda estão preservados.

A imagem de satélite para essa finalidade mostra apenas o dossel da vegetação arbórea restante, não mostra a vegetação que constitui os estratos inferiores do Cerrado, incluindo a vegetação rasteira, constituída basicamente por gramíneas, com uma grande variedade de capins nativos e bambuzinhos, que na realidade exercem uma função ecológica vital para Cerrado, pois é o tipo de vegetação que retém as águas das chuvas, que lentamente vão abastecer os lençóis subterrâneos e formar os aquíferos – a insulina dos rios.

Fico a indagar: A quem interessa esse tipo de informação descalçada de uma visão sistêmica do Cerrado? Será que é utilizada para justificar mais ocupações intensivas ou reflete simplesmente falta de conhecimentos?

Não entendo também, ou talvez não queira entender, a visão obtusa de certos profissionais liberais, funcionários públicos ou *freelancers*, contratados para falarem que a vazão dos rios tenha diminuída em função de mudanças climáticas.

Ora, todos nós que estudamos o rol das ciências da evolução, incluindo estratigrafia, climatologia, sedimentologia, sabemos que mudanças climáticas não ocorrem bruscamente, demandam centenas, às vezes milhares de anos para um novo padrão se estabelecer.

O que pode acontecer é um período de estiagem mais prolongado, em decorrência de fatores naturais, tais como circulação marinha, que afeta a circulação atmosférica,

resfriamento ou aquecimento das águas oceânicas, ação dos ventos solares, ou mesmo das correntes de convecção existentes no Manto da Terra. Porém, são fatores isolados e isoladamente não estabelecem padrões, a não ser que pendurem por um longuíssimo tempo.

Estudos de estratigrafia e sedimentologia, apoiados em diversas datações radiométricas, têm demonstrado que o padrão climático, com uma estação seca e outra chuvosa, tem operado nos chapadões centrais da América do Sul, área ocupada por Cerrado, desde pelo menos 45 milhões de anos.

Do final do Pleistoceno e início do Holoceno, quando populações humanas já ocupavam as grutas e cavernas existentes no Cerrado, a estratigrafia mostra de forma clara essa oscilação, sendo a estação chuvosa demonstrada por camadas claras e a estação seca explicitada por sedimentos escuros.

Esse padrão é tão evidente que não deixa dúvidas quanto a sua existência pretérita. Portanto, o discurso da diminuição da vazão dos rios, associado às mudanças climáticas, não passa de uma falácia.

Não é preciso ser especialista para enxergar a devastação irreversível causada nas áreas do Cerrado, pela ocupação desordenada. Basta acessar uma imagem de satélite da região, para constatar grandes quadriculas nos interflúvios, com monoculturas e grandes círculos desmarcados pela irrigação de pivôs. Os motores que fazem funcionar as máquinas da irrigação são tão possantes que são necessárias baterias de motores auxiliares para colocá-los em operação.

Quando esse complexo começa a funcionar, os rios sofrem impactos gigantescos, alguns param de correr totalmente, do ponto de captação para baixo. Se fossemos animais aquáticos o que faríamos? E, se fossemos população ribeirinha, vivendo da produção familiar, ou se vivêssemos em alguma cidade ou



Foto: Rio Araguaia / Divulgação

povoado abaixo destes sistemas, qual seria a nossa reação?

Com relação aos animais, a resposta é fácil, mas com relação aos humanos a resposta é difícil, pois o ser humano age muitas vezes por interesses individuais, às vezes tem conhecimento dos problemas, porém pode lhe faltar a consciência, elemento fundamental que o transforma em cidadão e o faz agir coletivamente, ou seja, em benefício da coletividade.

Muitos sentem medo de lutar contra os lobos – os donos do capital –, mal sabendo que estes já lhes tiraram quase tudo: os ideais, o bem-estar, os amigos, falta apenas lhes tirarem a alma, se é que isso já não tenha acontecido. Seria bom neste momento indagar: Em que aurora se escondem e como esperam o amanhecer?

Já escrevi centenas de artigos sobre o assunto, falando sobre as consequências da retirada da

cobertura vegetal nativa para os aquíferos, para o futuro das águas, chamando a atenção para as consequências que virão em breve, se este modelo predatório de relação com o território continuar.

Quase nada teve ressonância. Um ou outro idealista ou grupo de idealistas empenham a bandeira da construção de um futuro melhor, mas diante de tanto poder só encontram ao final da luta uma espécie de cadáver no calabouço.

E o entusiasmo que os impulsiona, qual uma luz de candeia, vai se apagando pouco a pouco.

Nunca entendi a voracidade da ganância dos grandes empresários rurais, muitos dos quais nem conhecem a região. Mas suas ações aniquilam tudo. Não têm compromisso com o Estado nem com as futuras gerações.

Por isso, menos ainda entendo a ação dos políticos e de alguns advogados nacionais, que com

unhas e dentes protegem esses exterminadores e provocadores de entropias ambientais e sociais. Serão cegos? Mal intencionados? Onde foi que escondeu a luz dos olhos deles?

Não tenho respostas.

Também não sei onde mora a aurora daqueles que um dia despertaram para a esperança. Só uma certeza eu tenho: no silêncio acelerado do tempo, nossos rios vão morrendo.



Altair Sales Barbosa - Dr. Em Antropologia e Geociências - Smithsonian Institution de Washington-DC. (USA). Pesquisador do CNPq. Membro Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Pesquisador Convidado da UniE-VANGÉLICA de Anápolis Go. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



NAS ÁGUAS DA ESPERANÇA

Maria Félix Fontele

Foto: Divulgação

As águas de março fecham o verão, contudo é impossível demarcar com precisão o movimento das estações, diante da intensificação dos eventos climáticos, os quais avançam e modificam o nosso cotidiano, ora com chuvas intensas, ora com seca, frio e calor extremos, devastando continentes.

Eventos esses que muitos fingem não ver, em nome da acumulação de riquezas, tendo como argumento o conceito bíblico medieval de que o homem pode usufruir e devastar a terra ao seu capricho, sem se importar (até hoje) com as emissões de gases do efeito estufa, as secas agudas, os incêndios florestais e os cataclismos diluvianos a soterrar pessoas, quase sempre os mais pobres, subjugados em encostas de morros e à beira de precipícios e de garimpos ilegais. Na ponta dessa cadeia de sofrimento estão mulheres, crianças, indígenas, negros das periferias e de áreas de risco.

A chuva, com sua força metafórica, vem refrescar nossa memória, especialmente quando, antes do sono, pingos esparramam-se pelo telhado. Quem se sente acalantado, embalado

por agradáveis sons que nos remetem ao útero materno, onde tudo é paz, segurança e placidez? É assim que desejamos nos relacionar com a natureza, numa constante troca equilibrada, o que envolve cuidado, preservação, boa e serena colheita.

Então, é preciso que entendamos o recado das águas, calmas e bravias, de que devemos retornar à trilha da naturalidade, do bem-querer, da consciência de que só um governo sensível, comprometido com as mais altas causas sociais, ambientais e humanas é capaz de cuidar da gente. Um governo que não incentive e nem promova ódio, brutalidade, exploração, caça às bruxas, feminicídio.

Pois nesse mês dedicado às causas e lutas femininas constatamos que, sob o jugo de uma insensível extrema direita, contabilizamos números estarrecedores: "Só no primeiro semestre de 2022, quase 700 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, uma média de quatro por dia, sendo o maior número já registrado em um semestre", de acordo com dados do portal G1.

Coincidentemente, o número de armas despejado no país triplicou

nos últimos três anos, numa clara campanha de incitamento à morte. Estávamos no início de uma barbárie sem fim, estancada nas urnas das eleições de outubro de 2022.

Enfim, somos o resultado dos cálculos de nossas ações, da soma, da multiplicação e da subtração de várias coisas em nossas vidas. Depois das equações, sem menosprezar as incógnitas, podemos agradecer às grandezas universais, sobretudo ao tempo.

Afinal, e graças a ele, chegamos em março de 2023 a um novo ciclo democrático e nós, mulheres, temos o que comemorar, pois voltou o tempo das águas da esperança, quando podemos lutar e reivindicar direitos (sem dar murro em ponta de faca) e vislumbrar dias melhores, com chuvas mais pacificadoras e belas estações.



Maria Félix Fontele - Conselheira da Revista Xapuri, jornalista e escritora, autora dos livros Versos que me habitam (poemas) e O barulho, o silêncio e a solidão de Deus (crônicas), ambos pela Confraria do Vento Editora.

BETÂNIA E DANIELA

Zezé Weiss

BETÂNIA RAMOS

Betânia Ramos Schröder, mãe, filha de Oxum e Xangô, cria das mãos acolhedoras de Irene e Jorge, gerada pelo amor de Teófila e Breno, é mulher negra diaspórica, crescida na periferia da região metropolitana do Recife, na cidade de Paulista. Seus pais de criação se mudaram para a região quando Betânia tinha três anos de idade, depois de perderem tudo na “cheia” de 1975.

Betânia explica as razões do processo de migração: “A cidade expulsa os pobres, sempre que possível para as suas periferias mais longínquas. Perdemos o centro de vida e história da família, que era o bairro de Campo Grande, Recife.

Era lá que minha família vivia, desde a chegada do meu avô Joventino Cândido Ramos, refugiado de Maceió nos anos de 1930, pelas perseguições às lideranças do Partido Comunista”. E acrescenta: “hoje o que nomeamos de ‘racismo ambiental’ foi o destino da minha família e de milhares de famílias pobres, negras e indígenas nas periferias das capitais”.

Ao imigrar para a Europa por amor, trabalho e estudo, Betânia pôde entender “os desafios de território e pertencimento de um corpo negro, racializado e migrantizado”. Atualmente, vive em Frankfurt com o filho e trabalha como consultora e palestrante.

Na militância transnacional, colabora com Iniciativa AFRObras, BrasilNilê e.V. Kulturverein, Canal Pensar Africanamente. Vez por outra, também escreve a coluna “Vozes da Diáspora”, na revista *Carta Capital*.

DANIELA SILVA

Ambientalista, feminista negra, educadora e idealizadora do projeto Aldeias, Daniela Silva foi criada no bairro Aparecida, na área de baixões dos igarapés de Altamira, cenário característico das periferias das cidades amazônidas.

Seu interesse na luta por direitos humanos e pelas causas sociais e ambientais surge com os primeiros rumores da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, em reuniões na comunidade, onde lideranças como o bispo Dom Erwin e Antônia Melo denunciavam a ameaça da construção desse projeto de infraestrutura, que viria, no futuro, impactar de forma brutal a identidade amazônida e o modo de vida das comunidades.

Diante da cruel realidade imposta pela construção da segunda maior hidrelétrica do mundo, Daniela assistiu Altamira liderar o

ranking das cidades mais violentas do país, onde crianças e jovens perderam seus pais, dentre elas dois sobrinhos, Neymar e Maria, fato marcante que contribuiu para a criação do Projeto Aldeias, uma rede de apoio às infâncias e juventudes da Amazônia.

Hoje, Daniela sonha com a ampliação do projeto, que coordena, além de lutar para inspirar e conscientizar outras pessoas e organizações sobre a importância do olhar, da escuta e das ações em defesa dos direitos das crianças e juventudes, para que eles sejam de fato sujeitos de direitos neste país.



Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental. Por limitação de espaço, os textos de Betânia e Daniela foram editados com base em perfis enviados por ambas para Edel Moraes. Os documentos originais serão publicados na íntegra no site da *Revista Xapuri*: www.xapuri.info.



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação



OS COCOS QUE NICE QUEBRA

Iêda Leal

Maria Nice Machado Aires, mulherpreta, quilombolado Maranhão, extrativista e ex-professora, mora na Reserva Extrativista da Baixada Maranhense, onde exerce a honrosa profissão de quebradeira de cocos.

Para sobreviver, Nice, como é chamada, quebra cocos nos babaquais do município de Penalva. E é quebrando cocos que ela vai traçando sua trajetória de resistência, a partir dos saberes da territorialidade ouvida de seu pai, Apolônio, de Joana Birgona, sua avó, de Pedro Celestino, seu bisavô, de Sebastiana Ferreira, sua tia, e de Sátiro Costa, seu tio lutador.

São as referências de luta dessa sua ancestralidade negra que fizeram de Nice liderança respeitada na luta pelos direitos territoriais, sociais e ambientais de sua comunidade penalvense do Quilombo Saubeiro, onde ela viveu até os 14 anos de idade.

Do Saubeiro, pelas mãos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Nice alçou voo para atuar, em defesa do povo quilombola, em vasta região da Baixada Maranhense, que inclui os campos de babaçu nativo de Viana, Penalva, Monção, Pedro do Rosário, Santa Helena e Cajari.

Assim, ancorada no pertencimento histórico de seu pertencimento, Nice, que se autodefine como quilombola, quebradeira de coco de babaçu e, quando a luta permite, cantora do grupo Encantadeiras, formado por quebradeiras de coco de babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

Sim, quando a luta permite, porque, desde os anos 1970, Nice vem reunindo lideranças de 180 comunidades quilombolas do campo, da floresta e das águas,



Foto: Divulgação

hoje divididos em quatro territórios: Enseada da mata, Formoso, Monte Cristo e Sansapé.

Com seu povo mobilizado, Nice começa a organizar as primeiras associações da região, sediadas em casas feitas de taipa e cobertas de palha. É por meio dessas associações que o povo de Nice resiste contra a violência agrária, que tenta expulsar as famílias quilombolas de seus territórios.

Nice, eu ainda não conheço você. Sua história me chegou pelas mãos generosas da companheira Edel Moraes, do MMA. Mas eu sei que somos companheiras de luta e de partido. Seus mais de 40 anos de luta merecem respeito e reverência.

Peço sua licença para, em seu nome, homenagear todas

as mulheres negras que, como você, quebrando cocos e cantando loas à vida, vão forjando esse Brasil inclusivo e forte que buscamos construir.

A benção, Nice!



Iêda Leal - Secretária de Combate ao Racismo da CNTE; Secretária de Comunicação da CUT-GO; Tesoureira do SINTEGO; Coordenadora Nacional do Movimento Negro Brasileiro.





O ECOFEMINISMO NO BRASIL

Iolanda Rocha

**Cortei os meus cabelos para que você não os puxasse mais.
Escondi os meus braços e as minhas pernas
para que você não visse as marcas
que você deixará e para não mais as marcar.
Tirei o meu batom para que ele não sentisse
a raiva que tu despejavas a ele.
Tirei a existência do meu corpo para que
ela não sentisse a dor que tu me causas.**

Elina Zavask – Poema de Nós.

As mulheres do campo, da cidade, das aldeias e das florestas; as quilombolas e as ribeirinhas; as artistas e as artesãs; as mulheres da política e dos sindicatos, todas elas que lutam em defesa da natureza, por justiça social, econômica e ecológica têm em comum a luta Ecofeminista.

O Ecofeminismo parte do princípio de que é preciso haver uma conexão nas lutas em defesa dos direitos do homem, da mulher e da natureza. É necessário que haja equilíbrio e uma convivência harmoniosa entre o ser humano consigo mesmo e com os demais seres que habitam o planeta Terra.

Muitas mulheres no Brasil, assim como em vários países do mundo, se identificam e se comprometem com as lutas em defesa de um mundo melhor e pela da sustentabilidade planetária.

Muitas de nós fazemos parte dessa história e entendemos que o patriarcado capitalista suga a natureza como matéria, utiliza a mão de obra escravizada de homens e mulheres para retirarem os recursos naturais até a última gota de vida com o objetivo do enriquecimento ilícito, às custas do trabalho e da mão de obra da classe trabalhadora. Como diz

Vandana Shiva: “O patriarcado capitalista considera a natureza como matéria inerte e as mulheres como seres passivos”.

Quando as mulheres se unem em defesa de seus direitos e em defesa da natureza, amedrontam esse poder destruidor. Propõem alternativas de uma vida digna e saudável para todas as mulheres e homens, com respeito aos bens naturais, aos povos originários e a todos os povos que vivem com respeito à natureza, sem destruírem o maior patrimônio, que é o patrimônio natural, as águas, as florestas, os animais, as culturas ancestrais, sem derrubarem uma árvore e nem ameaçarem a vida de outros seres vivos.

O Brasil tem vivido ultimamente uma perspectiva de dias melhores e de experiências com participação de mulheres ecofeministas na esfera do poder. A primeira-dama do país, a nossa querida Janja, comemora com a Resistência (cadelinha adotada por ela e o presidente Lula) e os demais animais do Palácio do Planalto a promulgação da Lei que impede a utilização de animais para testes de cosméticos e outros.

Pela primeira vez no país, houve criação do Ministério dos Povos Indígenas com uma mulher,

Sonia Guajajara, à frente. Marina Silva Ministra do Meio ambiente e Mudanças Climáticas tem trazido de volta, com muita garra, a defesa da Amazônia e dos biomas brasileiros, além da preocupação com as mudanças climáticas discutidas no mundo inteiro.

E tantas mulheres que fazem parte dessa história, nas lutas em defesa de uma sociedade justa, humana, igualitária, com respeito aos nossos direitos e aos direitos da natureza, entre elas estão as ecofeministas Ivone Gebara, Zezé Weiss, Angela Mendes, Nonô Noleto, Vanessa Lemgruber, Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, e tantas militantes das causas sociais e ambientais. Mulheres que fazem das suas vidas uma bandeira de luta. Mulheres que não fogem e não fugiram às lutas, que deram as suas vidas em defesa das causas socioambientais como Margarida Alves, Dorothy Stang, mulheres indígenas, quilombolas, sem terras... toda a nossa solidariedade Ecofeminista.

Iolanda Rocha – Educadora Ecofeminista e Socioambientalista.

HOMENAGEM



14 DE MARÇO: DIA NACIONAL MARIELLE FRANCO

Instituído pelo Presidente Lula em 8 de março de 2023



Os girassóis quando morrem espalham sementes!

A ENCHENTE DAS GOIABAS

Raial Orotu Puri

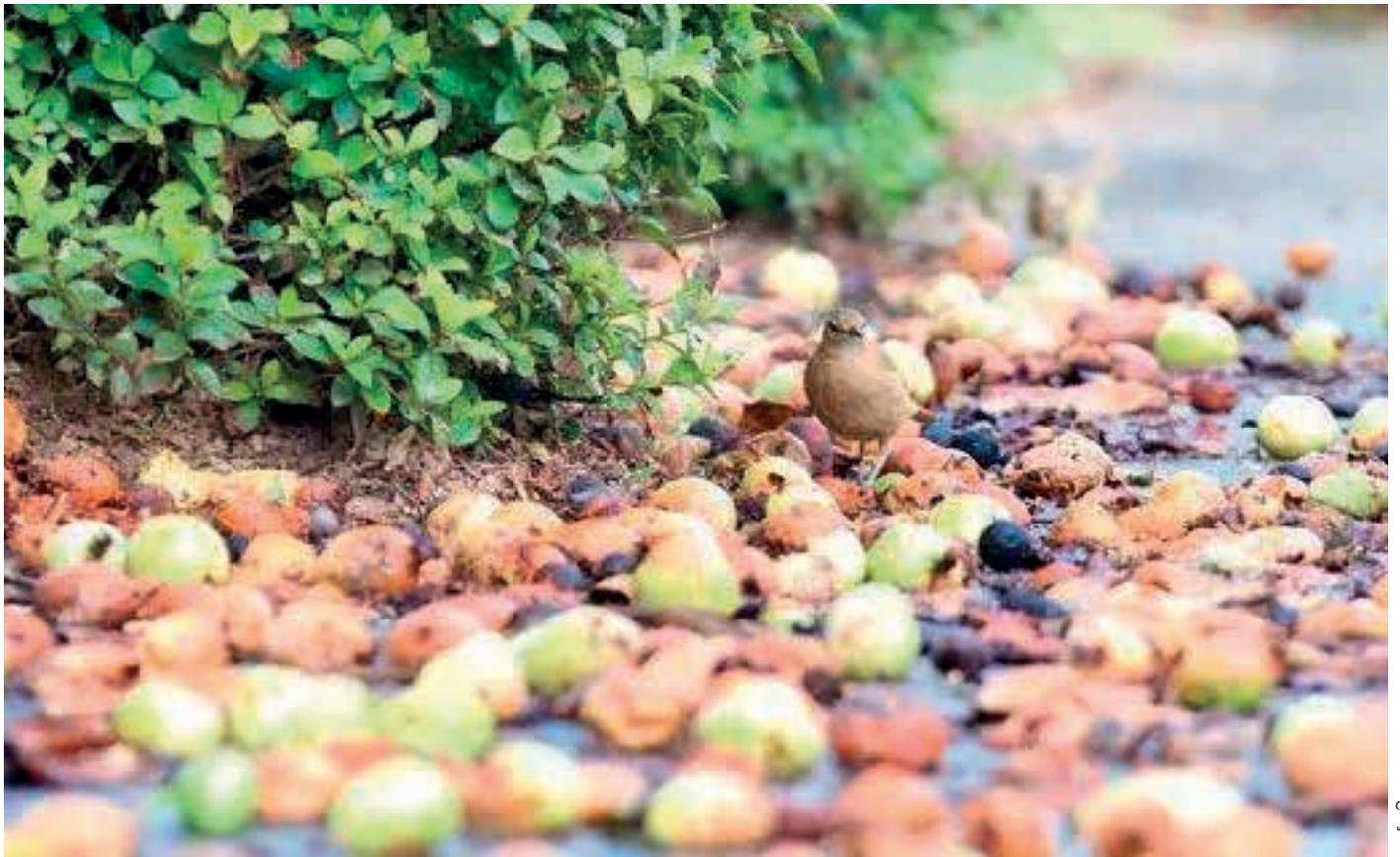


Foto: Divulgação

Na tradição Puri, (e na de outros povos de Minas Gerais) no dia 19 de março se comemora o Ano Novo, a "Enchente das Goiabas".

A tradição, que acontece também no nordeste brasileiro, está ligada à festa de São José e às chuvas de março. No sertão se diz que, caso não chova até esta data, é sinal que será um ano de seca.

A enchente das goiabas acontece para fechar o ciclo dessas frutas, que, dada a sua abundância, formam um tapete no

chão. Há muitos pés de goiabas ao longo dos rios Piau, Formoso e Pomba, em Minas Gerais.

A celebração ainda persiste entre os Puri em algumas localidades e é recordada com memórias vividas pelos mais velhos. Esse novo ciclo marca a época propícia para plantar, pois as sementes serão fertilizadas pelas águas de março.

Na tradição Puri, essa data deve ser comemorada com 3 dias de festa, nas quais os an-

cestrais serão honrados, e se irá semear as futuras colheitas...

...Então, Feliz Ano Novo a todos e a todas! (E vamos semear!!!)



Raial Orotu Puri - Indígena do povo Puri. Escritora. Graduada em Direito.



"CUMÉ QUE A GENTE FICA?"

Lélia Gonzalez

"Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde eles estavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado.

Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi se sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu pra gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles.

Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro criolêu da plateia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava pra abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega pra cá, chega pra lá. A gente tinha que

ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso.

Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba.

A negrada parecia que tava esperando por isso pra bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava mais pra ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente, e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles.

Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Teve uma hora que não deu pra aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal-educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu pra cima de um crioulo que tinha pegado no micro-

fone pra falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...

Agora, aqui pra nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é à toa que eles vivem dizendo que 'preto quando não caga na entrada caga na saída'..."

HOMENAGEM

Prestamos nossa homenagem à memória da grande **Lélia Gonzalez** (1935–1994), intelectual, professora, antropóloga e militante brasileira. Publicado como epigrafe de *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, este texto dela foi apresentado pela primeira vez na Reunião do Grupo de Trabalho "Temas e Problemas da População Negra no Brasil", durante o IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 29 e 31 de outubro de 1980.



ROSILENE CORRÊA: MESTRA DO ESPERANÇAR

Jaime Sautchuk

Ser filha de fazendeiro rico no interior é esperança de vida boa, de muita prosperidade. Com a professora Rosilene Corrêa Lima foi assim, no começo. Ela nasceu na pequena Petrolina de Goiás, a 50 km da capital, Goiânia, área nobre da agropecuária do estado, onde seu pai era um dos maiores fazendeiros, na década de 1960. Mas a história não foi bem assim.

Uma trajetória de muito sacrifício e muita garra teve início, em verdade, quando ela, menina de seus 10 aninhos, viu o desespero de seu pai e sua mãe diante da falência. A entrega das terras, com pasto e lavouras formadas, patrimônios refinados, foi seguida de tristeza e desencanto num ranchinho de taipa nas paredes e sapê na cobertura, com chão de terra batida e sem luz elétrica, no distante município de Niquelândia, nortão goiano.

Com 13, então, ela foi morar em Anápolis, com a tia, voltando a estudar à noite, em turmas de adultos. Seus irmãos ficaram na roça, na colheita de feijão e outros serviços sazonais. Ela dedicava seus dias a serviços domésticos, em que tirava dinheiro pra comprar roupas, material escolar e sobreviver, enfim. Ainda na casa dos pais, coletou restos de feijão e vendeu em litros, o que viabilizou a compra do primeiro caderno de dez matérias.

Assim, pensando no lado profissional, em turma só de mulheres, cursou Magistério, mas logo pegou gosto pela

profissão, a ponto de hoje dizer que "se eu não fosse professora, eu seria professora". E a educação já estava incrustada na sua vida, pois foi este o caminho que lhe foi aberto pra que buscasse uma vida menos sofrida do que aquela do sítio de Niquelândia.

O fato é que, assim, ao decidir encarar um dos poucos cursos superiores que havia na cidade, então, optou por Pedagogia, consolidando a escolha pela profissão. Aos 18 anos foi morar com outra tia em Alexânia, cidade que fica no meio do caminho dali a Brasília, mas todas as noites ia de ônibus até Anápolis.

E logo aprendeu, também, que a escola chega muito além daqueles muros e paredes que costuma ter, pois "é o espaço mais vivo e mais alegre que a gente pode ter". E arremata: "É impossível ser educadora se não tiver uma relação intensamente humanizada com seus alunos, porque você acompanha, você trabalha o ano inteiro com as mesmas pessoas, o que vai além da escola."

Ainda na juventude, em 1988, Rosilene foi morar em Taguatinga, no Distrito Federal. Acabou se fixando em Santo Antônio do Descoberto, ali perto, mas em território goiano, pois ela, aos 23 anos de idade, já era funcionária concursada do governo estadual, como professora. Logo depois, houve uma greve do magistério estadual e ela acabou liderando o movimento ali, sob a coordenação do sindicato de Luziânia.

Mas logo ela ficou grávida de sua filha e se transferiu pra Cidade de Goiás, antiga capital, onde fez o parto e engravidou novamente, o que a manteve afastada das escolas e sindicatos. Mas acabou indo bater de novo, de malas e cuias, no Distrito Federal, e logo fez um concurso da Secretaria de Educação local. Aprovada, assumiu a função de professora em 1993, e por ali ficou.

Logo em seguida entrou numa chapa e virou diretora do Sindicato dos Professores do DF (SinproDF), o que a levou, também, à direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). No Sinpro, acaba se envolvendo em atividades de todo o DF, pois a entidade é uma referência dos movimentos populares e, por isso, demandada a todo instante.

Após 34 anos de serviços, Rosilene aposentou-se.

Em 2022, foi candidata a senadora pela Coligação PT/PCdoB/PV. Obteve 356.198 votos. Como dirigente e militante do PT, Rosilene segue na luta, fortalecendo as políticas públicas propostas e implementadas pela gestão do presidente Lula. Em especial para a educação e para as mulheres.



Jaime Sautchuk (1953-2021) - Jornalista. Excerto de matéria escrita por Jaime em 2020. Atualizada por Zezé Weiss em março de 2023.

ANDREA E ANA PAULA

Zezé Weiss

Andrea agita, Ana Paula acalma. Andrea é sindicalista. Ana Paula jornalista. Andrea cuida do povo preto. Ana Paula, dos parentes indígenas. Andrea é carioca, traz na alma a ginga do Rio de Janeiro. Ana Paula é de Frutal, no Triângulo Mineiro, faz da mineirice instrumento de sedução. Em comum, Andrea e Ana Paula têm nada e tudo. Ambas dedicam suas vidas à luta pela construção de um mundo melhor

para as gerações presentes e futuras. Andrea me mandou outro dia o "Sonho Impossível", poema magistral composto por Ruy Guerra, Chico Buarque, Mitch Leigh e Joe Darion. Mando de volta para as duas, pra Andrea Matos e pra Ana Paula Sabino, com mil gratidões, por ajudarem a fazer o sonho impossível da Xapuri razão de luta e resistência.

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo, cravar esse chão
Não me importa saber se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão
Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder.



Fotos: Acervo Pessoni



Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental, Editora da Revista Xapuri.



Foto: Divulgação

A flor, esta!

Maria Maia

Minha carne amazônica também queima
Quando a cobiça do agronegócio a incendeia
Meu olhar se encandeia
Com o minério, o gado e a reima
Os veios dos rios na terra e no céu
Os bichos, os peixes, os igarapés
Os povos que a habitam e que a protegem
Todos se unem pela Grande Floresta
Enquanto ainda resta a flor
Ah, a Flor, esta!



Maria Maia – Poeta, escritora, cineasta. Conselheira da Revista Xapuri.



AS AMAZONAS: MULHERES GUERREIRAS DA FLORESTA

Marcos Jorge Dias

Desde 1542 quando o explorador espanhol Francisco Orellana se aventurou ao lado leste dos Andes em busca do lendário eldorado (conforme o relato do frei Gaspar de Carvajal, que o acompanhou na expedição), narrativas sobre mulheres guerreiras que habitavam o imenso rio desconhecido se tornaram recorrentes na literatura que trata sobre uma região que sempre foi objeto do imaginário (e desejo), de exploradores de todas as nacionalidades.

Mulheres que lutam diariamente contra invasores, nacionais e internacionais; contra o desmatamento e outros modos de destruição que avançam sobre o lugar em que nasceram, vivem, criam seus filhos e filhas e de onde tiram seus sustento. Num luta diária pela sobrevivência em um território inóspito que requer coragem, força, determinação e resiliência.

Moradoras do seringal 2 irmãos, na Reserva Extrativista Chico Mendes, município de Xapuri, no Acre, a vida de Leide Aquino, Dona Conde e Rosa se entrelaçam, como os cipós nas altas copas das castanheiras. Vidas entrelaçadas nas dificuldades, nas alegrias das conquistas e na altivez do protagonismo que exercem, dentro e fora da comunidade em que vivem.

MARIA ARAÚJO (LEIDE AQUINO)

O tempo amazônico é diferente do qual estamos acostumados nas cidades grandes. Saímos de Rio Branco, capital do Acre, nas primeiras horas da manhã de sábado. Nosso destino era Xapuri, onde encontraríamos com o Tião Aquino, extrativista e morador da Reserva Chico Mendes, que

nos levaria até o seringal 2 irmãos, onde íamos participar da reunião mensal da associação de moradores daquela comunidade.

Chuva, rodovia esburacada e parada para o café no município de Capixaba nos fizeram chegar bem depois do previsto. Tião já nos aguardava ansioso e nos trasladamos para a sua camionete. Ao chegarmos na balsa que faz a travessia do rio Acre para o bairro Sibéria (por onde se dá o acesso a Reserva extrativista), os funcionários da balsa tinham parado, pois era o horário de almoço deles. Não nos restando o que fazer, fomos procurar um lugar para, também, almoçar.

Após a travessia, rodamos por 58 km no ramal dentro da Reserva e no percurso encontramos boiada, trechos derrapantes e atoleiros. O sol já ia se escondendo mas matas



Foto: Marcos Jorge Dias

quando chegamos na colocação República, onde pousaríamos.

Maria Araújo de Aquino (57), a proprietária, nos recebeu no alpendre da casa. Cercada pelos netos, filhas, trabalhadores e as criações (galinhas, patos, gansos e porcos). Leide, como é conhecida nos seringais, no movimento social e na política, tinha no semblante uma aura de senhora da floresta.

A ampla casa com poucas divisórias (como é costume nos seringais), possui energia elétrica, água encanada e telefonia rural. O marido, Júlio Barbosa, estava viajando e quando isso ocorre (e ocorre com frequência), é ela quem assume os serviços da propriedade.

Acompanhar a pesagem e o ensacamento da castanha, comprar material para construção de uma cerca, remédios para os animais, contratar e pagar trabalhadores, dirigir o quadriciclo até a cidade de Xapuri, onde mantém uma residência, são atividades cotidianas para Leide.

Após o jantar, começamos uma conversa sem roteiro de entrevista. As vezes falando do passado, as vezes do tempo presente, Leide foi desfiando momentos de sua vida.

“O nome escolhido pelos meus pais era Leide Maria Lopes de Araújo. Na hora do batismo e registro, que na época o padre também era juiz, o padre juiz tirou o Leide registrando só Maria, mas minha mãe (dona Corina), continuou com o nome que havia escolhido”.

Nasceu no seringal Fortaleza, no município de Xapuri e depois morou no Palmari, vizinho do 2 irmão onde vive atualmente.

Desde pequena se acostumou a ver a casa sempre cheia de gente. O pai, Sebastião Gomes de Araújo (seu Sabá), foi delegado sindical e era diretor do STTR de Xapuri, quando o Chico Mendes foi assassinado em dezembro de 1988.

Cresceu em meio a efervescência coletiva da organização dos Sindicatos dos trabalhadores (de Brasileira e Xapuri), das delegacias Sindicais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, no Acre, da organização das Comunidades Eclesiais de Base e por cinco anos morou na capital, Rio Branco, para estudar.

Com o olhar distante em meio as lembranças, Leide conta que assim que pode, voltou as origens no se-

ringal, na Reserva extrativista. E, mesmo com um vasto currículo pelas cargos e funções que desempenhou na administração pública e no movimento social (foi professora do projeto seringueiro; coordenadora regional do Conselho Nacional dos Seringueiros, atual Conselho Nacional das populações extrativistas; secretária Municipal de Assistência social de Xapuri; presidente da Federação do trabalhadores e trabalhadoras em agricultura do Acre – FETACRE; presidente do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; Assessoria da mulher do governo do estado; gerente da Secretaria de Agricultura e produção familiar – Seaprof, em Xapuri), gosta mesmo é de estar na sua casa, no seringal, no seu habitat que é a floresta.

Atualmente, ocupa o cargo de secretária executiva da Associação de Moradores da Reserva Extrativista em Xapuri – AMOPREX, coordena a feira da Economia solidária no município e... é a Leide Aquino. Companheira do Júlio Barbosa, mãe da Iara, avó da Maryah, do Diogo, do Júlio Neto e do Mateo. Um mulher múltipla, enraizada na floresta, que luta todos os dias por

um mundo melhor para a sua prole e para todos e todas que compõem o mosaico amazônico em que habita.

RAIMUNDA FERREIRA (DONA CONDA)

O cheiro de café passado no coador de pano deliciava o ambiente da ampla cozinha da casa de madeira. Os ovos (recém coletados nos ninhos), chiavam na gordura da frigideira, a macaxeira cozida fumegava numa travessa de louça e o pão de milho molhado pelo leite de castanha esperavam sobre a mesa rústica, que começássemos a comer.

No seringal a cozinha é um espaço social e as conversas, quase sempre, começam com um “arrudeio” para depois de algum tempo se chegar ao assunto a ser tratado.

Assim, enquanto Leide finalizava os preparativos do quebra jejum, D. Conda - que chegou cedo dirigindo seu motociclo - e eu, falávamos amenidades. “O ramal está bom? pegaram chuva de Xapuri prá cá?” O olhar desconfiado de quem está acostumada com gente que chega perguntando coisas sobre a sua

comunidade, brilhava à medida em que surgia uma nova pergunta. E, entre um gole de café e uma mordida na tapioca, nossa conversa fluiu como uma dança de salão na manhã ensolarada de domingo.

A Reserva extrativista é dividida em seringais, que por sua vez são divididos em colocações. Nascida no seringal Filipinas e criada nas margens do rio Xapuri, Raimunda Ferreira Conde, 64 anos, conta que veio para o 2 irmãos em 1984 com o marido e três filhos pequenos.

A colocação Uruqueu, onde mora desde então, foi adquirida por um “marreteiro” chamado Chico leitão, para o qual o marido, Sebastião Conde, se comprometeu pagar o valor de R\$ 800 cruzeiros, em borracha.

Após 2 anos, entregando borracha em pagamento pela propriedade, quando Sebastião foi acertar as contas com Chico Leitão, descobriu que devia 3 vezes mais o valor inicial ao combinado com o marreteiro.

“Foi um tempo de desespero e dificuldades, pois os marreteiros engavam a gente”.

Com muito sacrifício e economizando tudo o que podiam, as vezes

comprando só o extremamente necessário: sal, fósforo, óleo e pólvora para o cartucho da espingarda, o casal conseguir pagar a dívida e sair das mãos Chico Leitão.

A filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, criado por Chico Mendes, ajudou muito, pois numa das reuniões de formação o marido Sebastião (por saber fazer as “quatro operações”), foi indicado para ser monitor de educação na escola da comunidade, que havia sido construída em regime de mutirão. Depois de pensar e conversar com a mulher, achou melhor que fosse ela a trabalhar na escola. Ele gostava mesmo era do trabalho de cortar seringa e coletar castanha.

Raimunda sabia ler e escrever (coisa rara naqueles tempos nos seringais). Foi chamada para fazer um curso de formação pelo “Projeto Seringueiro”, que era desenvolvido pelo Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA, naquela região de Xapuri. E a Raimunda do Conde, a condessa, que foi alcunhada de D. Conda, pelo “Pingo”, professor do Projeto Seringueiro. Em 1990, assumiu uma sala de aula na escola “Ivair Hilgino”, líder



Foto: Marcos Jorge Dias

comunitário que havia sido foi assassinado em junho de 1988.

Desde então, Dona Conda, superou dificuldades, contornou obstáculos, derrubou preconceitos e conquistou espaços. Atualmente, é professora aposentada, a primeira mulher a assumir a presidência da Associação dos Moradores do seringal 2 irmãos (março /22 a março/2024). Além disso, é a evangelizadora da comunidade, na igreja de santa Luzia.

Em um território de disputas violentas, onde o poder tradicional do patriarcado ainda impera, Dona Conda, conta num tom de confiança, que as vezes também é preciso fazer uso da força. "Em uma festividade na comunidade, dois "brabos" se excederam na bebida e quiseram criar tumulto. Passaram o resto da noite amarrados, até que o juízo voltasse". Desde então, todas as festividades contam com policiamento.

Sem darmos conta do tempo, o café acabou e já era hora de Dona Conda ir presidir a reunião mensal com os moradores da comunidade. Ajeitou os cabelos e abriu um largo e radiante sorriso, autorizou: "Agora pode fazer a foto".

ROSA AQUINO

O nome é de flor, sensível e delicada. Mas a alma é de guerreira, das que não tem medo de nada.

Os ritos sociais no seringal são sutis. É preciso observar para entender. Estávamos na sede da Associação de Moradores do Seringal 2 irmãos para a reunião mensal. Ao poucos os moradores foram chegando e formando pequenos grupos que conversavam entre si. Enquanto D. Conda e Leide, organizavam a documentação, Rosa Maria Ferreira da Silva, 43 anos (a mais jovem das três mulheres que irão coordenar a reunião) organizava o ambiente, colocando as cadeiras em círculo.

Com o olhar sempre atento as falas dos participantes, Rosa só se manifestou quando solicitada para falar das suas atividades. Era como se houvesse uma hierarquia entre as três.

Quando terminou a reunião, fizemos a foto e nos preparamos para voltar a Xapuri. Mas antes, paramos na casa de Rosa, na colocação "Já começa".

A jovem senhora em seus domínios, organizando as coisas da casa e o que tinha de levar para cidade, não parava. Quando finalmente entramos no carro, durante a viagem de volta, Rosa foi se abrindo.

Nasceu em Rio Branco Acre e veio morar na comunidade dois irmãos com 1 ano de idade, onde vive até hoje.

Formada em química, no instituto federal do Acre IFAC - Campus Xapuri, trabalha como Agente Comunitária de Saúde - ACS. "É um trabalho desafiador, mais é um trabalho que gosto de fazer, gosto de conversar com as pessoas e me sinto realizada em poder ajudar."

Segundo Rosa os maiores desafios que encontra como ACS é no período invernos. "Na nossa região os caminhos ficam ruins e os igarapés cheios; e nos dias sem chuva, o sol é muito quente. Porém, quando chego nas casas e converso com as pessoas esqueço até que tenho uma longa jornada pela frente".

Às vezes, nos locais de mais difícil acesso fica sem ir, pois como trabalha com prevenção, não pode ela mesma, se arriscar sozinha pelas matas. "Tenho marido e dois filhos para cuidar também". Justifica.

Com jeito simples e despretensioso, falou dos sonhos: "Os meus sonhos, como já te falei, quero construir um conforto na cidade e na minha colônia para quando me aposentar poder descansar com a família."

E nessa conversa, quando percebemos já estávamos chegando de volta a sede do município de Xapuri. E de tudo que vimos e ouvimos dessas três mulheres da floresta, ficou a certeza que a força e ancestralidade das amazonas guerreiras (mitológicas ou não), segue presente no sangue e na coragem de suas descendentes.



Marcos Jorge Dias - Escritor e poeta acreano. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



Foto: Marcos Jorge Dias



JÚLIA FEITOZA, JÚLIA DO ACRE

Foto: Divulgação

Marcos Jorge Dias



A chegada na casa da Júlia Feitoza tem capivaras no meio da rua e, no portão, uma seringueira soltando sementes. Localizado em uma área já bastante urbanizada, o terreno mantém uma aparência de sítio.

Mangueira, bananeiras, acorela, pitanga, carambola, tangerina, romã, goiaba, jabuticaba, coco, cacau, uva, biribá, uva, araçá e amora são algumas das frutíferas que rodeiam a moradia.

Aposentada, Júlia não para de inventar coisas para fazer. Faz bolos, cocadas, biscoitos de castanha, bombons, salame de cupuaçu e geleias. Às vezes para vender, mas quase sempre pelo puro prazer em presentear os muitos amigos e amigas que tem no Acre, pelo Brasil e no mundo.

Quando saiu do seringal Bom Destino (onde nasceu) e veio para Rio Branco, capital do Acre, Júlia não deixou a floresta. Ela trouxe a floresta dentro de si. E, à medida que foi se constituindo mulher urbana não permitiu que esse processo a distanciasse de suas raízes.

Quando chegou à cidade, aos 10 anos de idade, sem saber ler nem escrever, foi matriculada na escola Darcy Vargas, (que existe até hoje nas proximidades do local onde mora). Mal tinha aprendido as primeiras letras, foi levada para o Rio de Janeiro na condição de "quase da família", onde ficou por dez anos.

Mas, mesmo na condição de empregada doméstica, não parou de

estudar, e foi na cidade maravilhosa que deu os primeiros passos na militância que viria se consolidar no Acre anos depois. Quando retornou a Rio Branco se engajou nas Comunidades Eclesiais de Base; fez novos amigos com os quais criou uma célula clandestina do "PRC"; fez teatro; entrou para o curso de História na Universidade Federal do Acre; militou ativamente no movimento estudantil; caminhou com Chico Mendes nos varadouros das matas de Xapuri e do Alto Acre; junto com o Abrahim Farhat (o Lhé), organizou as primeiras reuniões para a organização do Partido dos Trabalhadores no Acre e acompanhou o Lula na "Caravana da Cidadania" até a cidade de Assis Brasil, na tríplice fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru.

Em um dia em que estava "quase para morrer de dor de dente" foi fazer o concurso do Ministério da Saúde. Aprovada e servidora pública federal, organizou o Sindicato da categoria, do qual foi presidente por dois mandatos; participou da criação e fundação da CUT/Acre; com um livro "embaixo do braço" coletou assinaturas para a criação do Partido dos Trabalhadores, no Acre; arrecadou recursos para a permanência dos seringueiros liderados por Chico nos empates, ganhou pessoas para a causa da defesa da Amazônia; junto com Raimunda Bezerra, Gomercindo Rodrigues, Lhé, o apoio do bispo Dom Moacyr e outras entidades do movimento social,

organizou o Comitê Chico Mendes, que foi essencial para o julgamento dos assassinos do companheiro; foi presidente do Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA, organização não governamental que foi referência nacional e que serviu de escola para muitos profissionais que hoje atuam no movimento ambientalista.

Júlia é uma mulher que não consegue ficar parada. Atualmente faz parte do Comitê e da Coordenação do Memorial Chico Mendes; é militante do Movimento Negro Unificado - MNU - e do Centro de Defesa de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - CDDHEP/Acre.

Filha de Oxóssi, sua relação com a natureza e com a abundância de alimentos que a floresta oferece são impressionantes. Quem chega em sua casa sempre é recebido com algum suco ou quitute preparado por ela. Enquanto conversamos, descasca os buritis que coletou no quintal para fazer vinho.

Em sua trajetória de vida não faltam histórias de superação, resistência, lutas, vitórias, algumas decepções, mas também de muito companheirismo. É comum em Rio Branco chegarem pessoas de vários lugares procurando pela "Júlia, do Acre".



Marcos Jorge Dias - Escritor e poeta acreano. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



VIOLÊNCIA CONTRA
MULHER
BASTA!

8 DE MARÇO
DIA INTERNACIONAL
DA MULHER

APÓS CATÁSTROFE BOLSONARO, GOVERNO LANÇA CAMPANHA EM DEFESA DAS MULHERES

Elis Regina Camelo Silva

18,9 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência física, psicológica ou sexual em 2022, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

No dia 8 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, estará sendo lançada a campanha com o slogan “O governo que respeita todas as mulheres”. O anúncio, feito durante encontro no dia 1º de março, marca a importância da representatividade feminina no governo Lula e das atividades em torno da data festejada este mês.

Avanços na Convenção Coletiva dos Bancários

Na Campanha Nacional dos Bancários de 2022 foi incluída mais uma cláusula na CCT para o combate ao assédio sexual. Um grande avanço para a categoria bancária. Mas essa cláusula precisa ser desdobrada para o restante da sociedade.

No governo de Jair Bolsonaro, houve muitos retrocessos, e as mulheres foram as mais prejudicadas, pois tínhamos como governante um homem que odeia as mulheres, e que jamais iria ratificar a Convenção 190. Por isso, nós, eleitoras (es) e trabalhadoras (es), mudamos o rumo da nossa história elegendo um governo comprometido em erradicar a violência e o assédio em todas as suas formas do mundo do trabalho. Elegemos um governo que certamente promoverá a ratificação e a implementação da Convenção 190 da OIT.

A ratificação da Convenção 190 pelo Brasil será um grande avanço. Principalmente se for acompanhado do empenho da classe trabalhadora em mobilizar empregadores e suas organizações em participar da construção de uma cultura de trabalho que proporcione uma vida digna, com ambientes seguros, respeitáveis e saudáveis, para todas as pessoas.

Dessa feita, podemos renovar nossas esperanças para desfrutarmos um mês de março como um marco para o progresso efetivo de políticas públicas para as mulheres durante todos os meses dos próximos anos.



Elis Regina Camelo Silva - Secretária da Mulher da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN)

Nove ministras do governo Lula participaram do encontro com a primeira-dama, a socióloga Janja Lula da Silva, e com as presidentas da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, e do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

Lula vem demonstrando seu compromisso com as mulheres e é perceptível que tem um olhar estratégico para as políticas voltadas para elas. Não foi à toa que o presidente nomeou 11 mulheres para liderarem pastas no primeiro escalão do seu governo, até o final do mandato, em 2026.

Ao falar sobre a violência contra a mulher, a primeira-dama afirmou a necessidade urgente de pôr fim ao feminicídio, bem como acabar com a fome, uma obsessão do presidente Lula.

Ministra do Ministério da Igualdade Racial, Anielle Franco enfatizou a importância do mês de março para as mulheres, sobretudo as negras, mas também para o combate à violência política de gênero.

Já Cida Gonçalves, ministra das Mulheres, declarou que os investimentos voltados às políticas públicas para as mulheres são de suma importância para o atual governo e que o encontro foi apenas o primeiro evento no início de março, uma vez que várias ações serão realizadas nos outros ministérios e não terminarão no dia 31. São ações pensadas para os quatro anos de governo, que vão fazer a diferença na vida de muitas mulheres.

Tarciana Medeiros, que trabalha no Banco do Brasil desde 2000, e que se tornou a primeira mulher a presidir o banco desde a sua fundação, ressaltou ser um bom exemplo de quebra de paradigma. A expectativa era de que o BB fosse comandado por um homem, porém o presidente Lula optou por colocar uma mulher à frente da instituição, após 214 anos.

Funcionária de carreira, Maria Rita Serrano, presidenta da Caixa Econômica Federal, lem-

brou dos casos de assédio moral e sexual contra seu antecessor na presidência do banco e enfatizou o quanto precisamos do olhar amplo das mulheres para mudar essa realidade brasileira.

Palestras e ações políticas

Nesta segunda-feira (6), o Ministério da Fazenda, juntamente com o Ministério do Planejamento e Gestão, inicia uma semana inteira de palestras que vão abranger temas como Liderança feminina; Como combater o machismo nas instituições; Prevenção ao assédio; Violência política contra a mulher; Tipos de Violência e Redes de apoio.

Dentre as ações políticas que garantam direitos e respeito às mulheres previstas no governo atual, a perspectiva é que também estará no pacote de medidas a ratificação da Convenção 190 da OIT. Aprovada em junho de 2019, traz um quadro claro de ação e uma oportunidade para definir um futuro de trabalho baseado na dignidade, no respeito e livre da violência e do assédio.

A Convenção 190 apela a todos os Estados-membros da OIT para erradicar a violência e o assédio em todas as suas formas no mundo do trabalho.

A violência e assédio no trabalho podem assumir diversas formas e causar danos psicológicos, sexuais, físicos e econômicos. Como exemplo, temos a Caixa Econômica Federal, que já foi considerada uma das melhores empresas para se trabalhar. No governo passado, foi palco de escândalos de assédio moral e sexual. Um ambiente permeado de ameaças, onde disseminou-se a política do medo e da opressão.

O assédio sexual e qualquer forma de violência têm de ser banidos dos ambientes de trabalho. O Brasil precisa dar essa mostra. O repúdio da sociedade diante do que aconteceu dentro da Caixa mostra que o país está pronto para dar esse passo.

DIRCE MACHADO: A GUERRILHEIRA DE TROMBAS

Laurenice Noleto Alves

Esta é a história verdadeira de Dirce Machado, professora, enfermeira, parteira - uma mulher guerrilheira! Suas falas já correram o mundo, junto com histórias escritas e filmadas sobre a chamada "Revolta de Trombas" ou "Revolta de Trombas e Formoso", que aconteceu de 1950 a 1964.



Eu a vi pela primeira vez numa solenidade realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, quando, junto com mais 14 mulheres anistiadas políticas, recebemos uma homenagem como "Mulheres de Luta". Dentre todas, já com os cabelos muito brancos, voz e caminhar suaves pelo tempo, Dirce era a mais notável.

Depois, estive duas vezes em sua casa, antes e após a Pandemia. Hoje com 88 anos (ela nasceu em 1934, no então chamado Rio Verde das Abóboras, Goiás), a guerrilheira de cabelos muito brancos conta sua história com voz muito firme e uma lucidez invejável. O relato que faço aqui baseia-se nas longas e gostosas conversas que tivemos em sua casa, em Goiânia.

Há, também, informações coletadas em depoimentos seus à Associação Goiana dos Anistiados; em entrevista e palestras proferidas; em pesquisas em livros e estudos; e no vídeo "História de Formoso de Goiás", dirigido por Hélio Brito, que reproduz as lutas pela terra no norte de Goiás, em Trombas e Formoso, região hoje legalmente reconhecida como dois municípios: Trombas e Formoso.

Esta matéria é um excerto do primeiro capítulo de meu livro "Roda de Saia", publicado pela editora Kelps em 2022. O texto completo encontra-se disponível na íntegra no site da Revista Xapuri (www.xapuri.info).

A seguir, conheça um pouco da incrível história de Dirce Machado: a Guerrilheira de Trombas.

Dirce começou a trabalhar muito cedo, com sete para oito anos, ajudando a mãe nas lidas da roça: "Antes mesmo de preparar o café, minha mãe fazia paneladas de arroz, carne e pelo menos uma mistura (verduras ou legumes); ajeitava as porções de comida nas marmitas, bacias ou apenas em velhas cuias, amarrando firmemente cada uma à sua tampa com um pedaço de pano bem branquinho que ela lavava todos os dias

no rego d'água que passava nos fundos da casa do patrão.

Só depois dessa tarefa cumprida, minha mãe e eu começávamos a próxima etapa: passar o café, ferver o leite e fazer uma farofa de ovos – quando tinha ovos. (...) Terminado o café, cada qual passava a mão na sua trouxinha com o almoço, que só seria aberta por volta do meio-dia, lá mesmo no mato. E tinha dias em que também eu e minha mãe, depois de arrumarmos a cozinha, ainda íamos ajudar o pai na roça – quase sempre bem longe da sede da fazenda.

As mulheres eram praticamente escravas, sem direito algum. Eu e minha mãe trabalhávamos de graça. A gente não tinha valor de nada. Era instrumento".

O Partido Comunista Brasileiro, o PCB ou Partidão, Dirce conheceu quando era ainda uma menina, com apenas 12 anos de idade, em Rio Verde das Abóboras, segundo ela "por uma coincidência", já que seu pai, trabalhador rural, conseguiu arrendar uma gleba nas terras de um fazendeiro que era membro do Partidão.

Em 1945, veio a Ditadura de Vargas, o PCB foi extinto, e o deputado Agenor Diamantino, eleito pelo Partidão em Goiás, levou muitos livros para serem queimados na fazenda do camarada comunista. Dirce foi a encarregada da queima:

"Livro demora pra queimar, porque tem a capa dura e a gente tinha que ir desfolhando, pra colocar na fogueira, pra não deixar nenhum pedaço de folha sobrando. E eu, que era doida pra ler e não tinha nenhum livro, chorava enquanto os colocava no fogo. Dias depois, a polícia descobriu um exemplar do livro 'Cavaleiro da Esperança' que eu tinha salvado.

E eu era menina, mesmo, mas assumi a responsabilidade pelo livro e evitei que minha família fosse presa. Mas o patrão mandou a gente ir embora, com uma mão na frente e outra atrás. Depois, com a ajuda de parentes e amigos, [meu pai] construiu um casebre [em

Rio Verde das Abóboras]. Mas eu fiquei conhecida como 'a menina comunista'. E nenhuma escola me aceitava para estudar".

Assim, com 12 anos, Dirce virou fugitiva da polícia, fugiu para Itumbiara, onde ficou uns três anos e, de lá, já militante do PCB, iniciou nova vida clandestina na Colônia Agrícola de Goiás, a CANG, que serviu de Trampolim para ela chegar a Trombas, onde os camponeses faziam a resistência na luta pela terra.

Para atuar em Trombas sem despertar suspeitas, o PCB exigiu que Dirce se casasse, e o militante José Ribeiro da Silva foi o escolhido como seu companheiro. Dirce aceitou, mas impôs condições.

"Eu, novinha do jeito que era, nas mãos do partido era uma batata quente, porque o próprio partido tinha um preconceito muito grande com as mulheres.

Mesmo assim, aceitei o casamento, mas deixando claro que não aceitaria cabresto de nenhum homem, nem mesmo de marido: Você nunca vai me perguntar onde eu vou o que vou fazer e eu também nunca vou pedir que você me diga o que vai fazer ou onde vai. Você nunca vai me dar uma ordem! E mais, quero respeito a toda minha família, assim como eu também vou respeitar a sua."

O casal se juntou às cerca de 500 famílias que ocupavam terras da União em Trombas e Formoso: "Quando chegamos lá em Trombas, eles já tinham iniciado a luta pela legalização da terra. Eram terras devolutas. E os posseiros queriam comprar as terras, mas não conseguiram. A primeira atitude nossa foi pegar uma posse e viver como os posseiros mesmo. Porque a gente era de origem camponesa e sabia tudo de lavoura. Era participar da vida dos posseiros, viver como posseiro e orientá-los na luta pela defesa da terra."

Ao serem atacados por grileiros e especuladores de terra, o líder do movimento camponês, José Porfírio, foi ao Rio de Janeiro, que ainda era a Capital Federal, em

busca dos direitos de seu povo. Quando retornou da viagem, Zé Porfírio encontrou a sua própria casa em chamas. E, em frente, assistindo àquele incêndio criminoso, estavam sua mulher Rosa e os filhos. Rosa nunca mais se recuperou daquele estado de choque e faleceu poucos meses depois, doente dos nervos, sem comer nada e muito enfraquecida. Tinha apenas 28 anos de idade.

Os soldados passaram a captar líderes posseiros sistematicamente, mas a turma do Zé Porfírio, fundamentando-se em documentos de todos os órgãos federais que davam aquelas terras como devolutas, resistiu, lutou e não deixou seu pedaço de chão.

Ao contrário, a cada dia de luta e resistência, os posseiros e as posseiras se viam mais corajosos e organizados. Criaram uma escola, onde Dirce dava aulas, e a Associação dos Lavradores de Trombas (registrada em 1955), que já nasceu forte e orientando a todos a se recusarem a assinar os documentos que lhes eram apresentados pelos soldados, grileiros e seus capangas.

“Em 1964 houve uma trégua, quando Mauro Borges foi eleito. Na época do Mauro, nós, a Associação, chegávamos ao Palácio, marcávamos audiência e falávamos com o governador no mesmo dia. Ele mandava engenheiro para nós, para nos ajudar na orientação de tudo o que precisávamos. Depois, ainda em 1964, com a Ditadura Militar, as coisas pioraram.

Muitas histórias eram contadas de torturas praticadas pelos policiais e capangas contratados pelos grileiros para afugentar os posseiros, incluindo até mesmo obrigarem as pessoas de Trombas presas por eles – homens, mulheres, crianças e idosos – a comerem sapos vivos. Depois disso, a rebelião ganhou proporção de guerra, tendo sido organizadas várias expedições militares para prender os posseiros, que conseguem se manter mobilizados 24 horas por

dia, com homens e mulheres se revezando no front de batalha.

O povo estava desorientado, lutando para organizar a terra. Ninguém dormia mais em casa. Dormia no mato, embaixo de chuva, porque podia estar em casa e os grileiros vir e atear fogo nos ranchos. Ninguém tinha sossego. Era um terror. A polícia ficava em Formoso, e nós, no mato, na região que chamávamos de Trombas.

Quando não estavam no piquete, estavam no mato, escondidos. Aí tinham as roças, tinham os filhos, tinha alguma criação, tinha que angariar a sobrevivência. Então a gente, as mulheres, começou a se organizar. A gente cozinhava e levava até certo ponto, porque a gente não podia descobrir onde eram os piquetes, por uma questão de segurança – deles e nossas. Esquema de guerrilha.

A mulher ia levar a comida na roça com a espingarda e a bacia de comida na cabeça. Se fosse atacada, a gente jogava a bacia de comida no chão e o “pau comia”. Ali ficava todo mundo de olho. Tinha um pombeiro (pessoa que fica vigiando) que ficava à distância vigiando, podia até ser um garoto, se visse de longe algo estranho, dava um sinal.

Quando eu fui foragir eu tinha dado à luz, uma cesárea de poucos meses, seis meses. Mas tinha um grupo de confiança que sabia onde eu estava. Presa mesma eu fiquei só dois meses e dez dias. Estive aqui em Goiânia na Casa de Detenção, depois fui para Brasília. O Dops escondia a gente (tinha um jornalista no nosso grupo), porque tinha uma comissão de estudantes e jornalistas que ficava acompanhando a gente, nos visitando...

Eles te espancavam para extrair alguma informação. Eles nos torturavam muito para que nós condenássemos o Mauro Borges e o Zé Porfírio. Apanhamos, mas não condenamos. Pra nós era assim, morrer, mas não entregar companheiro nenhum, porque a gente morre uma vez só e o couar-

de arrasta a covardia pelo resto da vida. Essa posição de ninguém entregar ninguém foi a nossa salvação, a nossa resistência.

Eu fiquei com problema nos tímpanos por causa dos “telefones” (técnica de tortura em que a pessoa leva tapas nos dois ouvidos simultaneamente). A coisa que mais me chocava quando eu estava na casa de detenção era aquela música ‘Amada Amante’, porque eu sabia que eles estavam torturando alguém. Eles colocavam a música muito alta para encobrir os gritos do torturado e, psicologicamente, torturar os outros.

Ainda voltei para Formoso, lá me candidatei, fui vereadora por dois mandatos pelo MDB. E fui eu quem criou a Lei que deu emancipação política para Trombas, transformando nossa antiga vila de resistência num município, independente de Formoso, assim como Montividiu.

Por incrível que pareça, eu sou uma pessoa que me deito e durmo tranquila. Eu tenho a minha consciência tranquila de ter cumprido com o meu dever. O respeito que todo mundo tem por mim, principalmente o povo de Formoso. Lá, eu sou comadre e madrinha de quase todo mundo. Quando eu vou lá nem sei o que faço para ir à casa de todos. Aqui, minha casa é grande, cheia de cama, as painelas são grandes e vive cheia de gente de lá e de outros lugares.

Eu tive quatro filhos legítimos e sete adotivos, só um faleceu há pouco tempo. Eles se orgulham de mim e do pai que tiveram. Eu me sinto realizada. Sou livre! E dona da minha própria história!”



Laurenicé Noletto Alves (Nonô Noletto) – Jornalista. Confreira da Academia de Letras e Artes do Nordeste Goiano (Alaneg) e Conselheira da Revista Xapuri, em Roda de Saia, Editora Kelps, 2022. Com edições (devido à limitação de espaço) por Zezé Weiss.



Foto: Divulgação



NONÔ NOLETO

 Zezé Weiss

Por uma feliz coincidência histórica, Nonô, nascida Laurenice Noleto, jornalista goiana formada pela Universidade Federal de Goiás (UFG), 40 e mais anos de experiência profissional, Alves pelo casamento com Wilmar, também jornalista, veio ao mundo em 10 de dezembro de 1948, mesmo dia, mês e ano da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Estrela-guia, Nonô Noleto passa por este nosso planeta como uma amapari. Do seu florido quintal em Goiânia, Nonô vai irradiando luz, apontando caminhos, arrastando gentes em defesa das justas causas e dos humanos direitos. Libertária, a moça nascida em Araguacema faz da jornada um feliz esperar, ainda que, por toda a vida, em brava e guerreira resistência.

Guardiã do legado de Wilmar Alves, jovem militante do Parti-

do Comunista Brasileiro (PCB), preso e torturado pela ditadura militar, com quem, mais tarde, se somou a outros e a outras lideranças para fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), Nonô integrou a Comissão de Memória, Verdade e Justiça, como diretora do Sindicato dos Jornalistas, signatário do Comitê Goiano Dom Tomás Balduino de Justiça e Paz.

Inquieta, a mãe do Olavo, do Fred e do Guilherme vive sempre em movimento, agitando Goiás. Licoreira, produz em casa, em parceria com a amada irmã Letice, os refinadíssimos Licores Noleto, com sabores extraídos dos frutos do Cerrado, incluindo o clássico licor de pequi, imperdível!

Feminista, Nonô faz de seu engajamento com a cultura popular instrumento de luta. Todo santo ano, durante o Carnaval, ela des-

fila, garbosa e radiante, no bloco Não é Não, levando pelas ruas de Goiânia uma espécie de educação sexual contra o feminicídio, contra a violência contra a mulher e contra toda forma de exploração, racismo e preconceito.

Nas horas vagas, Nonô bota pra fora os guardados do coração em forma de memórias e crônicas. São cinco livros, até agora: *Alice, Araguacema e Cassununga, meus três amores* (1996); *O Moço da Camisa Azul* (1998); *Flores no Quintal - Memórias de Sonhos e Lutas* (2015); *Fraternidade em memórias - organização e texto final* (2022); e *Roda de Saia* (2022).



Zezé Weiss - Jornalista, com base em conversas com Nonô e na biografia da autora, publicada nas orelhas do livro *Roda de Saia* e em outros escritos mais.

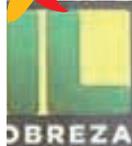


Foto: Fabrício Faria/ CNV

INCLUIR OS EXCLUÍDOS NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

— Gilney Viana

“Incluir os pobres no orçamento” é política pública prioritária do governo Lula. Para efetivá-la, o governo deu passos concretos ao articular com o Congresso Nacional a aprovação da PEC da Transição, que garantiu: os recursos para pagar a nova Bolsa Família (R\$ 600,00 por mês e outros benefícios) em 2023; o anúncio do reajuste do salário-mínimo para R\$ 1.320 a partir de 1º de maio, com leve recuperação do seu poder aquisitivo; e a elevação da faixa de isenção de pagamento do

imposto de renda de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.640,00, já em 2023.

A primeira medida beneficia diretamente cerca de 22 milhões de famílias com renda mensal per capita de até R\$ 218,00, abrangendo todas as famílias que estão na faixa da pobreza extrema e parte das que estão na faixa da pobreza. A segunda, beneficia os trabalhadores que ganham até 1 salário-mínimo por mês (49% do total dos assalariados), e a terceira, beneficia parte dos que ganham de 1 a 2 salários-mínimos (24% do total), conforme

dados da Oxfam Brasil/Data Folha Pesquisas – março de 2022).

Esse não é o tema principal deste artigo, mas justifico: as medidas do governo Lula para “incluir os pobres no orçamento” são tão importantes que seria desonestidade intelectual ignorá-las; e também porque “incluir os pobres no orçamento” e “incluir os excluídos na justiça de transição”, a meu ver, fazem parte da agenda mais ampla de “incluir os excluídos” econômica, social, política e culturalmente.



INCLUIR CAMPONESES E INDÍGENAS EXCLUÍDOS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela lei 12.528/2011 “com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do ADCT, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”, com amplos poderes para pesquisar, convocar pessoas, promover audiências públicas, realizar perícias, requisitar dados, documentos e informações sigilosas.

A CNV usou seus poderes com grande parcimônia e seus avanços investigativos dependeram em parte das iniciativas conjuntas com comissões estaduais da verdade e comitês não governamentais de memória, verdade e justiça. Seu Relatório, produto final dos dois anos e meio de trabalho, se concentrou nos casos de mortes e desaparecimentos forçados. E, surpreendentemente, reconheceu apenas 434 pessoas mortas e desaparecidas por responsabilidade do Estado, quando, ao mesmo tempo, conheceu e desconheceu milhares de casos de mortos e desaparecidos forçados, durante a ditadura militar e a transição política (1964–1988).

Assim, cumpriu apenas parcialmente seu mandato de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica”. Embora tenha tido o mérito de provar que as prisões ilegais, torturas, estupros, assassinatos de opositores políticos e ativistas sociais, e ainda ocultação de cadáveres, foram responsabilidades do Estado e não de agentes isolados do sistema repressivo.

Ao não reconhecer nenhum, literalmente nenhum indígena, como morto e/ou desaparecido forçado, quando tinha conhecimento de

que pelo menos 8.350 casos de assassinatos de indígenas, com participação e responsabilidade do Estado, no período estudado, reproduziu a lógica da exclusão da exclusão: exclusão histórica dos direitos da cidadania e exclusão dos direitos à memória, verdade, justiça e não repetição.

Ao reconhecer apenas 41 camponeses mortos e desaparecidos quando tinha em mãos uma relação de 1.196 camponeses mortos e desaparecidos (incluindo 14 advogados e 7 religiosos apoiadores das causas camponesa e indígena) reproduziu o preconceito de classe, rendeu-se à cultura colonial da casa grande e do latifúndio que não reconhece a resistência camponesa como luta política, como exercício de direito formalmente estabelecido e politicamente conquistado.

Por exceção, a CNV reconheceu a responsabilidade do Estado sobre o assassinato de 4 lideranças sindicais camponesas durante o período de 05/03/1979 a 05/10/1988. Vale reproduzir os nomes e as justificativas.

Raimundo Ferreira Lima – STR de Conceição do Araguaia, PA, 29/05/1980: “morreu em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos, promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de 1964”. (CNV, V.III, p. 1955).

Wilson Souza Pinheiro – STR de Brasília, AC, 21/07/1980. Embora assassinado por pistoleiros, a CNV concluiu: “morreu em decorrência da ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar”. (CNV, V.III, p. 1973).

Margarida Maria Alves – STR de Alagoa Grande, PB, 12/08/1983: “foi executada sumariamente por particulares associados a agentes do Estado brasileiro, por motivação política e por conta de a vítima ter reivindicado direitos fundamentais

dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa ação foi cometida em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no Brasil a partir de abril de 1964”. (CNV, V.III, p. 1984).

Nativo da Natividade de Oliveira – STR de Carmo do Rio Verde, 23/10/1985: “foi morto por pistoleiros contratados por latifundiários da região de Carmo do Rio Verde, GO, cuja ação contou com a connivência e/ou omissão do Estado brasileiro”. (CNV, V.III, p. 1992).

Ora, esses argumentos são aplicáveis aos 899 camponeses, entre os quais 64 lideranças sindicais, assassinados naquele período, nas mesmas condições históricas referidas e em circunstâncias semelhantes.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instaurada em 1995, tinha e ainda tem o mandato legal do reconhecimento de mortos e desaparecidos políticos sob a responsabilidade do Estado. A CEMDP examinou 339 requerimentos apostos por familiares dos quais deferiu 221 e indeferiu 118 casos. Somados aos 135 mortos e desaparecidos reconhecidos pelo anexo da lei 9.140/1995, totalizaram-se 474 casos, sendo 50 camponeses, dos quais 27 foram deferidos e 23 indeferidos – números insignificantes diante da escala de milhares de camponeses mortos, já conhecidos àquela época. E, não se pode esquecer, nenhum indígena.

A CEMDP, em verdade, foi a primeira comissão da verdade. Desmascarou a narrativa dos áulicos da ditadura de que os opositores políticos sob a custódia do Estado foram mortos quando tentavam fugir; ou se tornaram desaparecidos por simples abandono da luta e das suas respectivas famílias. Mas a CEMDP foi concebida para atender apenas alguns

casos. Para isso, estabeleceu duas cláusulas de exclusão: primeira, ao fixar o prazo de 120 dias para que as famílias inscrevessem seus requerimentos; e a segunda, ao exigir que as famílias das vítimas apresentassem as provas; quando as provas estavam nos arquivos da comunidade de informações, que se negaram a fornecê-las.

No caso dos indígenas e camponeses, a cláusula de exclusão do prazo foi suficiente. E, diga-se de verdade, o número de mortos e desaparecidos reconhecidos só foi maior dada a atuação dos familiares. Por duas vezes a lei foi alterada; em 14/08/2002, pela lei 10.536; e em 1º/06/2004, pela lei 10.875 – para reabrir prazo e alargar o entendimento das circunstâncias da morte ou desaparecimento. Então, pode e deve ser novamente alterada, para possibilitar a inclusão de camponeses, indígenas e outros excluídos.

Por fim, a anistia política. A lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, foi importante por incluir no processo político milhares de pessoas atingidas pelas leis de repressão e por sinalizar que a transição do Estado ditatorial para o Estado democrático de direito seria irreversível.

Por imposição dos militares, ainda no poder, estabeleceu a autoanistia dos torturadores e a não anistia da maioria dos presos políticos (incluindo o autor deste artigo). A autoanistia dos torturadores continua até hoje validada pela sentença do Supremo Tribunal Federal à APDF 153, interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, em 29/04/2010; não obstante a contraposição da Corte Interamericana de Direitos Humanos julgando-a inválida ao proferir a sentença no Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) versus Brasil em 24/11/2010.

Os direitos dos anistiados só foram estabelecidos 20 anos depois, em 13/11/2002, com a lei 10.559

que criou a Comissão de Anistia. Em 05/10/2020, a Comissão de Anistia totalizava 78.887 requerimentos, dentre os quais 2.848 classificados como camponeses, assim distribuídos: 1.847 analisados, 968 indeferidos, 518 deferidos, 354 arquivados e 7 apensados. O número de requerentes é bem abaixo dos camponeses atingidos pela repressão política e social. E a taxa de deferimento de apenas 28%, está entre as mais baixas de todos os grupos processuais – o que não pode ser debitado à insuficiência de dados.

Mais grave ainda a situação dos indígenas: 141 requerimentos, 54 analisados dentre os quais 15 deferidos, 5 indeferidos e 34 arquivados. Sendo que em todos os grupos processuais o número de arquivados (sem análise do mérito) é grande nos anos de 2019 e 2020, revelando um viés ideológico na avaliação.

O governo Bolsonaro, dominado por militares herdeiros da ditadura militar, tentou encerrar as atividades da CEMDP e da Comissão de Anistia, objetivando acabar a Justiça de Transição, na esfera administrativa. Não conseguiu. Por meio do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, o governo deu os primeiros passos para reinstaurar essas comissões, assegurar o pleno funcionamento administrativo e respeitar sua autonomia política. No caso da CEMDP, espera-se agora que acelere os trabalhos de busca e identificação dos corpos dos desaparecidos; e de revisão dos atestados de óbitos. E, da Comissão de Anistia, espera-se que proceda à revisão de todos os julgamentos viciados dos requerimentos durante os governos Temer e Bolsonaro.

Embora necessárias, essas medidas não serão suficientes para incluir os indígenas, camponeses, religiosos e outros excluídos da Justiça de Transição. Para isto, algumas medidas precisam ser tomadas, tais como:

a) a reinterpretção da Lei de Anistia pelo STF, para permitir que os agentes do Estado perpetradores das graves violações de direitos humanos respondam por crimes de lesa-humanidade, como manda a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos;

b) a revisão da lei 9.140/1995, para abrir novos e amplos prazos de registro de requerimentos de familiares de mortos e desaparecidos e incluir os critérios definidos pela CNV ao analisar os casos de camponeses e, no caso dos indígenas, admissão de requerimentos individuais e coletivos (alterações semelhantes às promovidas pelas leis 10.536/2002 e 10.875/2004);

c) que a Comissão de Anistia assuma o mesmo entendimento da CNV, acima referido, para embasar a análise dos requerimentos de anistia de camponeses e, no caso dos indígenas, tanto individuais como coletivos;

d) a criação de mecanismos institucionais de apoio à pesquisa sobre cumplicidade, apoio ou participação direta das empresas na repressão política, durante a ditadura militar, para que respondam por eventuais crimes cometidos.



Gilney Viana -

Ambientalista, membro da Comissão Camponesa da Verdade e do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*.

ELINA E LUCÉLIA

— Zezé Weiss

ELINA ZAVASK

O belo texto abaixo é da pesquisadora escritora paraense Elina Zavask enviado para a Xapuri 101 via Edel Moraes:

Chamaram-me mulher e eu olhei! Olhei porque não tinha muito o que fazer naquele momento. Chamaram-me mulher de LUTA e fiquei a pensar o que seria aquilo, pois o pouco que li nas escolas até ali frequentadas não ouvi nomes de mulheres como referência.

Lá, na casa de farinha onde eu passava a maioria do tempo e aprendia ver, ler e escrever o mundo, o trabalho árduo de ralar a mandioca (decepando os dedos no ralo grande), de espremer a mandioca no pano e tirar a puba na lata, o que deixa a mulher quase sem mão, também nunca foi o trabalho mais valorizado.

Sempre vi o homem valorizado, quando ele faz a última etapa da farinha; a torra. Deste modo eu não sabia o que era ser essa nomenclatura: mulher de luta.

Quando cresci eu li no jornal

que nós somos um dos países que mais matam mulher no mundo.

Deste modo, é estranho pensar e inaugurar esse lugar de mulher de luta.

Estranho ver o meu corpo, o meu cérebro, a minha narrativa neste lugar!

Pois bem! Por mim, por elas e por todas, saí do sudeste paraense para ocupar e colorir o mundo do meu jeito e no meu tempo, lutando e fazendo poesia. Hoje, quando me chamam mulher de luta, eu respondo: Só um momento, estou indo chamar as nossas.

LUCÉLIA SANTOS

Onde tem luta, tem Lucélia Santos. Quem diria que essa companheira mirradinha, gigante no palco, miudinha na vida real, fosse se tornar uma das mais valorosas militantes das causas socioambientais deste nosso turbulento torrão brasileiro?

Conheço Lucélia há mais de três décadas. Nesse tempo todo, nunca houve uma só vez em que, chamada, ela não se fizesse presente, na linha

de frente, na luta contra a violência, a injustiça e a desigualdade social.

Foi assim no Acre de Chico Mendes, antes e depois da morte dele, em defesa dos povos da Floresta. Foi assim na luta pela Anistia, nas Diretas Já e em todas as campanhas do Lula. Foi assim na Vigília Lula Livre. Foi assim, durante a pandemia, com a Campanha SOS Xavante. Lucélia é sempre assim: entra de cabeça em todas as lutas que abraça.

Esse nosso planeta de militância é pleno de companheiras gigantes, de gente que dá o melhor de si, que vai além do que pode para salvar os povos da floresta, os povos indígenas, a Amazônia. Lucélia, com certeza, está no topo de todas as listas.



Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental. Texto sobre Lucélia é excerto de depoimento prestado ao jornalista Eduardo Meirelles, para o livro Lucélia Santos – Coragem para Lutar, Editora Telha, 2022. Texto de Angela foi extraído de um depoimento por ela concedido a Zezé Weiss para o livro Vozes da Floresta, editora Xapuri, em 2008. Lucélia é conselheira da Revista Xapuri.



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

MULHERES MARAJOARA

Edel Moraes



Foto: Divulgação

O Marajó é terra de águas, de florestas e, sobretudo, de mulheres fortes. Compartilho com vocês um rasgo das histórias de Jaci, Leida, Lidiana e Sassá, mulheres guerreiras do meu Marajó, escritas por elas mesmas.

JACI

Sou Jaci Garcia, militante do coletivo "Manos & Manas Marajoaras - Entre Linhas, Laços e Nós", e minha luta é para diminuir a violência sofrida por meninas e mulheres do Marajó.

No meu entender, não basta somente educar os meninos para respeitarem as meninas; é preciso, também, ensinar as meninas a crescerem com o desejo vivo de liberdade dentro de si, e essa liberdade vem junto com a independência financeira e emocional.

A mulher dependente financeira ou emocionalmente é aquela que já não pode escolher as próprias roupas; a religião; se corta o cabelo ou não; se quer ou não casar ou ter filhos; se estuda ou trabalha fora...

Com o projeto "Manas Marajoaras", realizamos oficinas de artesanato, bijoias, crochê e macramê; incentivamos o empreendedorismo e praticamos, pela "sabença", a valorização dos saberes herdados e o empoderamento das mulheres, para que elas possam se tornar conscientes dos seus direitos.

Em rodas de conversas, incentivamos a troca de valores; criamos laços afetivos, para que nossas mulheres possam identificar o que as incomoda, o que as limita, e, assim, possam dizer: NÃO!



Foto: Divulgação



SASSÁ

Sou Maria Sebastiana Ferreira da Silva, a Sassá de Muaná, Marajó. Este poema-texto que escrevi expressa o meu sentimento sobre o Marajó:

MEU MARAJÓ, MI BARAYÓ!

Meu chão aguado, meu Território questionado, minha história encarnada e encantada. Tuas lindas curvas na maré, que às vezes sufocam e engolem teus próprios filhos. Teus enormes campos abertos e matas emaranhadas com mistério e ousadia sustentados pelo Criador para sustentar Sua criação.

És autossustentável, mas estás devastado, teu povo nativo se confunde com inúmeras espécies que te têm como refúgio para exploração e esconderijo, espalhando suas manchas em nossas purezas inocentes e vulneráveis. Ah! Meu amigo, meu irmão, Marajó, não sabemos quando vamos emergir. Nem sabemos como (...).

Somos filhos do amor fortalecidos nos pingos das águas e animados nas faíscas do brilho da Lua, não pereceremos jamais enquanto o sol nascer para nós. Agora é esperar! Somos por ti, somos por nós e pelos nossos também. Viva o Marajó!



Foto: Divulgação

Ediel Moraes – Paraense da Ilha do Marajó. Secretária das Populações Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável no Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conselheira da Revista *Xapuri*. Os textos, editados por questão de espaço, serão publicados na íntegra no site da Revista: www.xapuri.info.



Foto: Divulgação

LEIDA

Sou Leida Maria, mulher marajoara, extrativista, sou luta e resistência dentro do meu território. Moro em um projeto de Assentamento chamado PAE Ilha São João II, que é onde mantenho minha relação com a natureza, de onde tiro meu sustento e o dos meus filhos e onde cuido para preservar e manter a floresta de pé.

Faço parte da Cooperativa Agroextrativista do Rio Pagão (COPA), uma organização que busca fortalecer a luta e criar subsídios para a nossa permanência dentro do território, uma vez que, apesar da nossa região ser rica em recursos naturais, ainda somos invisibilizados pelo poder público quando se trata do acesso a políticas públicas que nos são garantidas por lei.

Minha luta e resistência perpassam todas as fases de minha vida, e hoje se fortalecem junto de outras mulheres, jovens e homens do meu lugar. Sou apaixonada pela terra, pelo mato, pela natureza, pela minha família, e, para mim, não existe lugar melhor no mundo para viver, mas precisamos ser vistos como sujeitos de direitos, pois na floresta tem gente, gente que luta diariamente para se manter, e para manter a floresta de pé.



Foto: Divulgação

LIDIANA

Sou Lidiana Sá, filha de Manoel e Domingas, ambos lavradores, cultivadores de mandioca, nascidos e criados na pequena cidade de Curalinho, na Ilha do Marajó.

Quando criança, eu sempre acompanhava meu pai nos movimentos sociais. Eu gostava de ficar ali, sentada, vendo meu pai usar a máquina de datilografia para registrar as atas das reuniões organizadas por ele no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Em 1995, aos 16 anos, comecei a participar de encontros e seminários, como o 1º Seminário para a Formação do Conselho Municipal da Criança e Adolescente e do Conselho Tutelar. Em 2009, consegui me formar e iniciei minha primeira pós-graduação em Gestão Escolar, pela Universidade Federal do Pará. Daí pra frente segui estudando e trabalhando.

Hoje sou professora e militante na luta contra a miséria e a fome. E, com muito orgulho, exerço o cargo de Secretária Nacional de Projetos Sociais e Parcerias pela CONAM-BRASIL (Confederação Nacional das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias do Brasil).



O gigante enclausurado pela falta de vontade política

O Projeto Político Pedagógico da Escola Parque da Natureza de Brazlândia (EPNBraz) tem potencial de ser referência mundial quando o tema é educação ambiental. Consistente, a proposta conta com professores capacitados e engajados, mas esbarra na falta de vontade política de se avançar em uma educação pública de qualidade.

Fundada em 2014, a escola funcionava em uma chácara de 7

mil metros quadrados, localizada no Setor Tradicional de Brazlândia – cidade que fica cerca de 40 quilômetros do centro de Brasília. Lá, 1,5 mil estudantes usufruíam de 16 estações educativas. Tinham acesso a composteiras, riacho, horta; muita natureza.

“A EPNBraz se sustenta em quatro pilares que, integrados, atravessam toda a forma escolar. São eles: Arte, Educação Física, Educação Patrimonial e Educação

Ambiental. E a Educação Ambiental vem como viabilizadora de um esperar que conscientize sujeitos sobre sua condição nata de parte integrante e ativa do meio ambiente. Como seres com capacidade de racionalizar, somos a parte do meio ambiente que precisa refletir sobre e com os demais elementos, interferindo intencionalmente na sua preservação, começando pelo cuidado próprio e com os outros seres humanos”,

conta a supervisora pedagógica da EPNBraz, Edinéia Alvez Cruz, ao justificar a educação ambiental como espinha dorsal do Projeto Político Pedagógico da escola.

Mas há cerca de cinco anos a Escola Parque da Natureza de Brazlândia realiza os trabalhos de forma improvisada no antigo Polo de Cultura da cidade.

“A mudança foi feita no início do governo Ibaneis (Ibaneis Rocha, governador afastado do DF). Fomos praticamente despejados. Vimos para este espaço, o único de Brazlândia que era da Secretaria de Educação”, conta o diretor da Escola Parque da Natureza de Brazlândia, Alan Ribeiro. Triste, ele diz que as perdas foram substanciais. “Além de perder mais de 2/3 do número de alunos, o Polo deixou de atender a população da cidade.”

Professora de Música e Coordenadora da EPNBraz, Jaqueline Alves conta que a chácara onde funcionava a escola era alugada, e esse foi o motivo da mudança de local da unidade.

“Aqui, quando chove, a gente não tem espaço para colocar os meninos. Muitas vezes, a gente desaloja os professores que estão na sala dos professores ou então usamos a sala da coordenação para colocar as turmas e poder dar aula”, descreve Jaqueline o espaço físico da escola. Para ela, “a boa vontade política poderia mudar muita coisa”. “Sei que existem muitas questões envolvidas, mas a educação de forma geral sofre muitos ataques. Tudo que faz o corpo e o espírito despertar é cada vez mais aprisionado; querem colocar a gente numa caixinha”, reflete a coordenadora.

Realmente a situação poderia ser diferente. O diretor da EPNBraz conta que, de 2019 até final de 2022, foram abertos três processos para compra de um novo espaço para a escola. “Mas sempre esbarra em posicionamentos políticos. Sempre tem uma situação que, quando está

para finalizar o processo, ele é derubado. Isso já aconteceu três vezes. A última proposta da Secretaria de Educação é que a gente fique aqui neste espaço até a construção definitiva da escola. Ganhamos um terreno de 19 mil metros quadrados. Porém, essa construção vai demorar, sendo muito otimista, entre três e quatro anos”, diz Alan Ribeiro.

Segundo ele, a avaliação da equipe é de que, no período da construção do espaço definitivo, seja alugado um espaço adequado para o desenvolvimento integral do Projeto Político Pedagógico da EPNBraz. “Os professores são muitos bons, o projeto nunca morreu justamente porque os profissionais levam muito a sério. Mas é muito triste. A gente é um gigante enclausurado: temos vontade, sabemos como fazer, mas, muitas vezes, não temos como fazer.”

Alan conta que o último processo licitatório foi o mais traumático. “No início, o governo disse que não seria preciso licitação, porque só tinham dois concorrentes. Ai, na época de assinar contrato, depois da escolha de um dos locais e da construção já feita nele, o parecer jurídico foi de que era necessário fazer licitação. Ou seja, o mesmo setor que, lá no início, disse que não seria necessário fazer licitação, foi o mesmo que, depois de um ano, afirmou que era necessário”, lamenta o gestor.

Dayane de Oliveira Coelho é pedagoga e professora em regime de contratação temporária atuante na EPNBraz há cinco anos. Ela trabalha Educação Física e, mais recentemente, alfabetização ecológica com os estudantes. “A ideia é fazer com que os estudantes consigam ler, descrever e interpretar o meio ambiente que o cerca. A partir disso, relacionar com as vivências do dia a dia e poder elaborar estratégias ou soluções para cuidar do meio ambiente. A ideia é despertar o sujeito ecológico”, diz a professora.

Nascida em Brazlândia, pro-

fessora Dayane conta: “para mim, muitas vezes, a escola foi meu único fio de esperança, assim como é para a maioria das crianças daqui”. E também por isso lamenta o descaso do governo do DF com a EPNBraz. “A questão estrutural interfere realmente no nosso trabalho. Tive a oportunidade de atuar na chácara, e a gente tinha uma série de trabalhos que não podem ser realizados aqui. Perdemos inclusive na autonomia, na liberdade e na criatividade das crianças. Sinto que realmente é negado algo para a gente”, desabafa.

“É realmente incalculável a perda que temos diante do descaso político com a EPNBraz. Essa é uma das experiências mais bonitas da rede de educação pública do DF, e traz como base um tema urgente para a sociedade: a educação ambiental. Tem Projeto Político Pedagógico e tem profissionais altamente capacitados. Mas não tem vontade política”, avalia a diretora do Sinpro-DF Márcia Gilda.

A muralha imposta ao desenvolvimento do trabalho de professores e gestores da EPNBraz não desanima a equipe. “Somos resistência”, fala com coragem a professora Dayane. Como diz Guimarães Rosa, sim, a vida pede coragem. E isso professores e gestores da Escola Parque da Natureza de Brazlândia têm de sobra. Mas uma política transformadora educacional passa, necessariamente, pela atuação do Estado.



MULHERES NO CAMPO:
APANHADORAS DE
FLORES PRESERVANDO
O ECOSSISTEMA

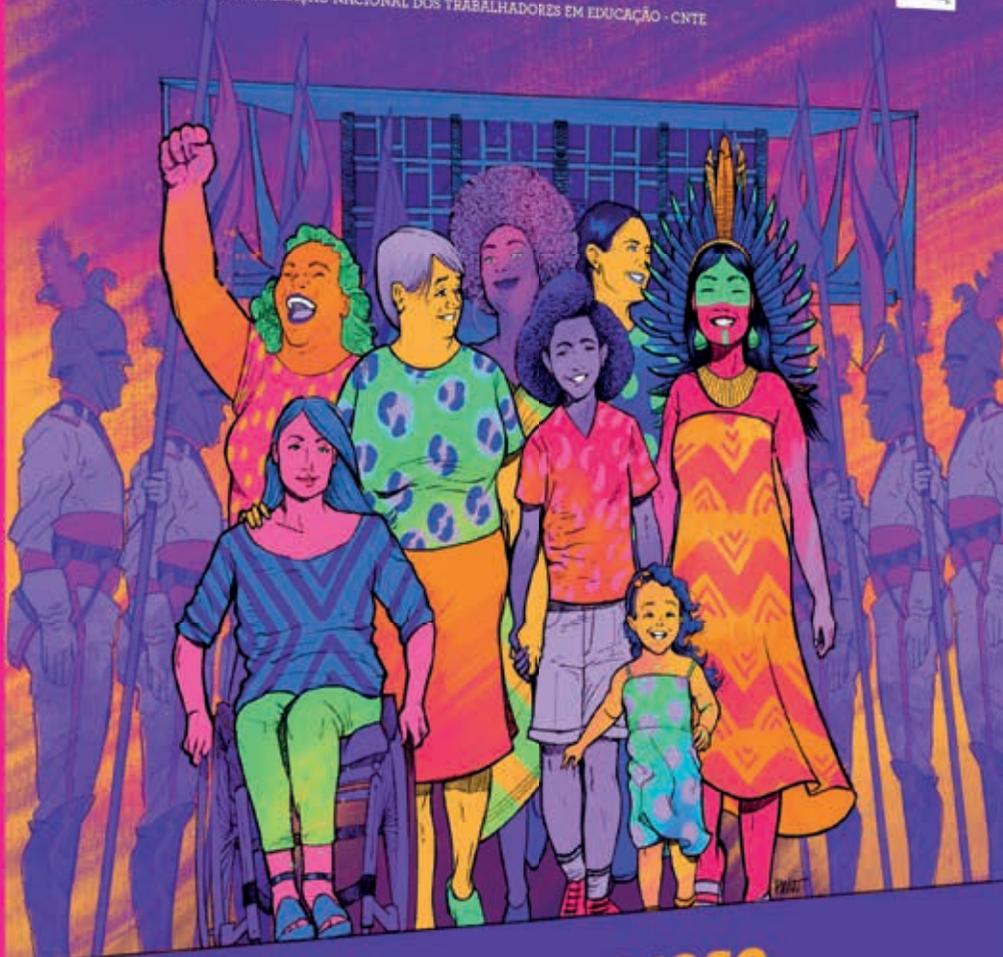
IGUALDADE DE GÊNERO:
AS SINDICALISTAS
NA LUTA POR UM
LUGAR AO SOL

POVOA INDIGÊNITAS:
UMA MINISTRA
INDÍGENA
PARA OS INDÍGENAS

ANO 21 • VOL. 1
N. 21 • EDIÇÃO 2023

Mátria

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE



DE VOLTA AO JOGO

Mais diversidade no Congresso e os desafios
das mulheres que assumem em 2023

Mátria

2023

DE VOLTA AO JOGO:
mais diversidade no Congresso e os desafios
das mulheres que assumem em 2023.

Acesse a publicação no site:

revistamatria.com.br

CNE Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
© www.cnte.org.br

Brasil

Filiada à
CUT
BRASIL

Internacional
da Educação

CEA

FNPE
Fórum Nacional Popular de Educação

REVISTA



100 EDIÇÕES
1000 GRATIDÕES

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

XAPURI
CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VENI COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ!

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

